



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 19

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 19 de Junho de 1997

**Presidente:** *Deputado Dionísio de Sousa*

**Secretários:** *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar.*

### Sumário

*(Os trabalhos tiveram início pelas 10.20 horas)*

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi presente um **Voto de Pesar**, o qual foi aprovado por unanimidade, pelo "**falecimento de Dionísio Raposo Leite**".

O Voto foi apresentado pelo Sr. Deputado Luís Resendes (*PS*), tendo ainda proferido uma intervenção o Sr. Deputado Humberto Melo (*PSD*).

Posteriormente, passou-se ao período destinado às Intervenções de Interesse Político relevante para a Região, no qual proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Serpa (*PS*), José Monjardino (*PP*) e Natividade Luz (*PS*).

No **Período da Ordem do Dia** procedeu-se à leitura dos relatórios das Comissões Permanentes ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tendo usado da palavra para pedir esclarecimentos sobre o relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano o Sr. Deputado Paulo Valadão

(PCP) e para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Augusto Elavai (PS), na qualidade de Presidente da dita Comissão.

De seguida, foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

**1. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional que "altera o Decreto Legislativo Regional n.º 6/97/A, de 22 de Maio — Adaptação à Região do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que criou o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência".**

A sua apresentação coube ao Sr. Deputado Fernando Menezes (PS), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

**2. Proposta de Resolução — "Limite de avales a conceder à RAA em 1997".**

No debate desta proposta, para a qual foi apresentado um requerimento de baixa à Comissão, tendo sido o mesmo aprovado por maioria, intervieram os Srs. Deputados Augusto Elavai (PS), Berta Cabral (PSD), José Monjardino (PP), Paulo Valadão (PCP), Francisco Sousa (PS), Alvarino Pinheiro (PP), Manuel Brasil (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*). Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), José Monjardino (PP) e Berta Cabral (PSD).

**3. Proposta de Decreto Legislativo Regional — "Extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura (IACAPS)".**

Usaram da palavra na discussão desta proposta os Srs. Deputados José Monjardino (PP), Élio Valadão (PS), Paulo Valadão (PCP), António Almeida (PSD) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), tendo sido a mesma aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

**4. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/97 — "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de Março (Protecção de mamíferos marítimos no mar territorial e na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores)".**

Na discussão desta proposta que foi aprovada por unanimidade, quer na generalidade quer na especialidade, intervieram os Srs. Deputados Norberto Messias (PS), Jorge Valadão (PSD), Paulo Valadão (PCP), José Monjardino (PP), Eugénio Leal (PSD),

Sidónio Bettencourt (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

**5. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/97 — "Desafectação de terreno do núcleo florestal da Silveira do Pico, para a instalação de uma zona industrial ligeira".**

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

A proposta acima mencionada foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

**6. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/97 — "Desafectação de terreno do núcleo florestal do Mistério de São João, para instalação do aterro sanitário da Ilha do Pico".**

Intervieram no debate o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), bem como Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), tendo ainda proferido declarações de voto os Srs. Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), José Monjardino (*PP*) e ainda para defesa da honra e interpelar a Mesa os Srs. Deputados Eugénio Leal (*PSD*) e Jorge Valadão (*PSD*).

A proposta mencionada foi aprovada por unanimidade.

**7. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/97 — "Extinção do SAFIN (Sistema de Apoio Financeiro à Habitação)".**

Na discussão desta proposta, que foi aprovada por maioria, intervieram os Srs. Deputados Norberto Messias (*PS*), Jaime Medeiros (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), José Monjardino (*PP*), Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), João Cunha (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Para proferir declarações de voto, usaram da palavra o Srs. Deputados Jaime Medeiros (*PSD*) e Norberto Messias (*PS*).

**8. Proposta de Resolução — "Orçamento Suplementar da ALRA para o ano de 1997".**

A proposta mencionada foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade por unanimidade.

**9. Projecto de Decreto Legislativo Regional que "altera o Decreto Legislativo Regional n.º 6/97/A, de 22 de Maio — Adaptação à Região do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que criou o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência."**

O projecto foi aprovado, quer na generalidade quer na especialidade, por unanimidade.

Finalmente foi aprovada por maioria uma **Proposta de Resolução da Mesa da ALRA declarando findo o Período Legislativo de Junho.**

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

*Os trabalhos terminaram às 14.05 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Eram 10.20 horas).*

*((Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fernanda Mendes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino; **PCP** - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar directamente ao ponto n.º 2 do Período de Antes da Ordem do Dia com a emissão de um **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo "**falecimento de Dionísio Raposo Leite**".

Para apresentá-lo tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

**Deputado Luís Resendes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

### **"VOTO DE PESAR**

Dionísio Raposo Leite nasceu na freguesia de Água Retorta em 10 de Outubro de 1915.

Desde muito novo que manifestou uma capacidade fora do comum no meio empresarial micaelense.

Ainda na juventude e com 18 anos apenas foi pioneiro na exportação de gado e em 1933 incrementa mesmo de forma regular uma frutuosa actividade de exportação de gado para o Continente.

Na década de quarenta dedica-se igualmente à exportação de ananases e de produtos hortícolas.

Em início dos anos quarenta, associado a seu tio José Furtado Leite, funda a empresa Lacticínios Furtado Leite na freguesia da Relva e o êxito do empreendimento é de tal ordem, que sete anos mais tarde constrói em Santa Clara uma nova fábrica com tecnologia moderna hoje conhecida por Lacticínios de Santa Clara.

Homem empreendedor de espírito inventivo e moderno, cria na Lagoa e Ribeira Seca duas fábricas de secagem de chicória, mantendo-se também ligado à sua produção.

A lavoura micaelense muito lhe ficou a dever.

Mais uma vez é pioneiro na implantação de viteiros na Região, construindo o primeiro viteiro em 1960 no lugar dos Beirais, freguesia de S. Vicente de Ferreira.

Em 1972, o seu espírito empreendedor de novo se manifesta e cria a empresa familiar agropecuária Noviçor, a qual se estende depois a outros ramos e a outras empresas das quais se salienta a Moaçor, Avigex, Grampon e Bovimadeira.

Foram mais de 60 anos de vida dedicados à agropecuária e à indústria dos Açores. Esta figura ímpar do nosso empresariado agrícola foi igualmente um grande entusiasta das actividades desportivas, tendo sido dirigente do Clube Desportivo de Santa Clara contribuindo para a sua projecção para além dos Açores.

O Grupo Parlamentar do PS propõe que a Assembleia Legislativa dos Açores, reunida em plenário no dia 19 de Junho de 1997, aprove um Voto de Pesar pelo desaparecimento no passado dia 7 de Junho, de Dionísio Raposo Leite, personalidade marcante no desenvolvimento da actividade agro-pecuária, agro-industrial e agro-alimentar na Ilha de São Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Junho de 1997

**Os Deputados,** *Luís Machado Resendes, Carlos Fraga, Francisco Sousa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, António da Silva Melo e Vasco Cordeiro.*"

**Presidente:** Está aberta a discussão sobre este Voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Pesar pela morte do Sr. Dionísio Leite, sobretudo, porque ele marcou no início da década de 70, a vida económica e empresarial dos Açores.

Destacou-se nos sectores vitais da nossa economia e relançou o sector de lacticínios numa época difícil e complexa como muitos de nós ainda nos lembramos.

Esse exemplo marcou e ainda hoje marca os açorianos.

O Grupo Parlamentar do PSD, como já disse, associa-se a este Voto, sobretudo por esse espírito inovador, dinâmico de criação de emprego e riqueza para os Açores.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Pesar proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao 3.º ponto deste período, ou seja, às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Cintas reluzentes. Remos empunhados em ritmos frenéticos. Olhos farejando a réstia de um bufo. Chapéus enebados nos rostos tisonados. Pés mergulhados em regatos de azeite. Mais a angústia de um vigia buscando o horizonte no alvor das manhãs esperançosas. Com o rebentar da bomba e um frémito a ecoar em caminhos e quebradas: BALEIA!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A grandeza de um povo mede-se, acima de tudo, pela sua alma. Porque o povo também tem alma.

A alma do povo baleeiro — o nosso povo — aliava o destemor perante o monstro à prece humilde no laço da corda envolvendo a Senhora de branco vestida.

Gente boa e simples — heróis da baleação.

A memória deste povo não pode ser minimamente beliscada nem os seus descendentes, filhos e netos, nós que agarramos este rincão para viver, podemos estar sujeitos a contínuas suspeições e aleivosias sem sentido, por vezes fruto de uma ignorância sem paralelo.

Umás vezes são os golfinhos que servem de isco à pesca do atum. Que tamanha barbaridade!

Agora são as baleias mortas atreladas a bóias, se calhar apanhadas por baleeiros extra-terrestres.

Meus Senhores. Sejamos claros.

Somos pequenos. Mas somos dignos.

Estão a usar-nos descarregando sobre nós a sanha de purismos exacerbados.

Parem e respeitem o povo dos Açores.

As pessoas, minimamente informadas, sabem que se pratica nos Açores uma arte especialíssima na captura de tunídeos: o salto e vara conhecida popularmente como a arte de pescar atum com "vardasca". É uma arte que usa o chicharro ou o carapau

(roama) como isco vivo, usado em poucos pontos do mundo e que devia merecer apoios da Comunidade Europeia e do Mundo inteiro.

Quantos golfinhos morrem na arte de cerco? Muitos! Quem protesta?

E pensarmos nós nas humilhações que têm sofrido os tripulantes das traineiras e agentes económicos com fiscalizações sistemáticas, com ameaças de boicote às importações de conservas, com escritos escorripichando opróbios sobre gente séria, humilde e muito digna. É demais!

Agora, nova história de baleias.

Muitos sabem dos cuidados específicos, das cautelas que o oficial de uma canoa baleeira usava para se aproximar de um cachalote. Imperava o receio. O silêncio era sepulcral. As velas inchadas o ideal. As lanchas, com os motores a roncar, ficavam ao largo, muito ao largo.

Acabou-se a liturgia da arte de balear com aventura, heroísmo e rigor. Há anos. Há muitos anos.

Meus Senhores!

Quais são as traineiras dos Açores que pescam atum para além das duzentas milhas? Como é possível arpoar uma baleia de uma traineira? Os botes, das embarcações mais esbeltas do mundo, servem apenas para regatas de recreio.

A ignorância por vezes é atrevida.

E aparecem os artigos nos jornais. A notícia corre célere e merece honras de abertura em cadeias de televisão de grande audiência. E até se fazem requerimentos na Assembleia da República!

Maldito mundo este. Vemos os nossos filhos a vibrar e a entristecer-se com um golfinho a morrer numa praia qualquer e a ficar completamente indiferentes perante crianças e jovens da mesma idade a morrer em cenários de miséria, fome, de guerra e desgraça.

**Vozes do PS e PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Em relação ao primeiro acto o gesto é de louvar. Em relação ao segundo é de arrepiar os cabelos!

Já diziam os latinos: "In medio stat virtus". A virtude está no meio.

Só que há por esse mundo fora alguns que não têm virtude nenhuma.

Há nesta Sala gente que como eu sente esta problemática. Alguns em cujo sangue ainda navegam sonhos de velhos baleeiros.

Esta sanha persecutória revolta-nos profundamente.

Já começo a preocupar-me com a nova onda da observação das baleias. Estejamos atentos às investidas. Cuidado com um metro atrás e um metro à frente.

Muitos virão para observar. Alguns poderão vir para condenar.

Somos uma Região Autónoma. Somos pobres e pequenos.

Mas temos a força do carácter. E uma alma tão grande como a alma dos grandes baleeiros.

Aprendemos a sofrer remando na saga da vida. E sempre chegando a um porto - o porto da dignidade.

Por isso aqui vai um alerta: respeitem-nos!

*(Aplausos das bancadas do PS, PSD, PP e Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular achou que a visita de uma Comissão de Política do Desenvolvimento Regional justificava por si própria que déssemos o nosso contributo em termos de uma reflexão sobre o futuro dos Açores e o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

É uma problemática que não é simples, que terá o seu efeito a partir do ano 2000, para muitos parecerá ser demais, mas na nossa opinião será talvez um pouco tarde para tratarmos o assunto.

Tivemos o cuidado de produzir um documento que entregámos na Comissão de Política Geral.

Também tivemos o cuidado de transmitir essas nossas preocupações à Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu e gostaríamos, agora sim e aqui neste plenário, de partilhar um pouco convosco as nossas preocupações e as nossas ideias para o futuro, na esperança que se consiga desenvolver um debate sobre esta

problemática que é de extraordinária importância, assim como também ver se seria possível conseguir produzir nesta Câmara uma ideia futuro de desenvolvimento desta Região.

Nós não nos podemos esquecer que os sistemas de apoio comunitário têm tido nos últimos anos uma fortíssima aplicabilidade nas infraestruturas, nomeadamente portuárias, aeroportuárias, hospitais, escolas, estradas, etc... Tal ficou-se a dever ao enorme atraso que esta Região tinha neste domínio.

Também se aplicaram fundos comunitários com um grande grau de incidência no sector primário de agricultura e pescas, levando a um regime de sobredependência neste sector, aquilo que chamamos hoje em dia a "monocultura da vaca".

As concentrações nas áreas referidas reflectem por um lado uma opção política da Região, mas por outro uma procura da maximização do uso dos recursos comunitários em detrimento de outras áreas carenciadas para as quais não se encontravam os necessários enquadramentos.

Esse desajuste entre as necessidades de um arquipélago ultraperiférico e os enquadramentos para se ter acesso a fundos comunitários, urge ultrapassar um futuro Quadro Comunitário de Apoio.

Aqui, o facto de ter sido alterado o n.º 2 do Artigo 227.º do Tratado da União Europeia será, de facto, uma grande conquista no sentido de permitir que se enquadrem ajudas específicas para esta Região e temos a obrigação de aproveitar essa oportunidade.

A Região Autónoma dos Açores carece de apoio financeiro, de modo a que se atinja uma tão almejada convergência real com rendimento médio comunitário.

Todavia, é nosso entendimento que a afectação dos recursos financeiros da União Europeia deve potenciar um salto qualitativo no desenvolvimento da nossa Região.

Deste modo, quando chegarmos a padrões de rendimento próximos da média comunitária, estaremos perante um surto de desenvolvimento económico sustentado e de longo prazo que não tivemos no passado recente.

Tal parece-nos objectivo desejá-lo de parte a parte, que permitirá, esperamos, uma menor dependência da Região nas transferências externas.

Na nossa opinião, o futuro Quadro Comunitário de Apoio deverá prever um conjunto de ajudas e de derrogações aos Açores, de modo a potenciar o seu desenvolvimento sustentado.

Essas ajudas e derrogações deverão incidir sobre as seguintes áreas:

- realização do mercado interno;
- modernização da lavoura Regional;
- apoio aos sectores exportadores;
- valorização dos recursos humanos;
- protecção dos recursos endógenos.

Relativamente à **realização do mercado interno**, identificamos as seguintes áreas como passíveis de apoio:

- Apoio ao transporte inter-ilhas, nomeadamente na compra e/ou construção de embarcações para transporte dentro do Arquipélago;
- Criação de mais valia Regional através de apoio à pequena industrialização ou transformação dos circuitos de comercialização nos produtos acabados que importamos;
- Apoio à energia e nomeadamente aos seus custos fixos, seja ele tanto a nível das centrais como da própria rede de distribuição eléctrica;
- Fomento da produção agrícola de consumo local, porque o tipo de ajudas que temos tido ao longo dos tempos, tem levado a que a Região seja insuficiente ou não seja autosuficiente nas suas necessidades alimentares.

Uma terra em que essa possibilidade existe, é fundamental que pelo menos a produção hortícola e frutícola que se baste às nossas próprias necessidades, seja fortemente apoiada.

#### **No comércio:**

- Apoio à modernização do mesmo e à introdução de novas tecnologias neste sector para evitar o seu total irradicamento por virtude das grandes organizações de distribuição.

Conseguiremos preços mais baratos, não teremos tecido empresarial amanhã.

Relativamente à **modernização da lavoura**, quatro são os sectores de intervenção:

- Um apoio claro à reconversão dos actuais sistemas de exploração com maior ênfase no aspecto dos custos de exploração do que o apoio ao rendimento;
- Apoio na introdução de qualidade nas explorações através da melhoria das infraestruturas de apoio, nomeadamente caminhos, água, luz e frio;
- Apoio à criação de zonas demarcadas de origem, tais como já existe hoje no queijo de São Jorge e deveria existir noutros sectores da nossa agricultura.
- Apoio à industrialização dos produtos complementares do leite, nomeadamente a carne, cortumes etc....

Relativamente aos **sectores exportadores** é fundamental:

- A criação de redes de comercialização para fora da Região dos produtos oriundos da nossa terra;
- Criação de marcas para que consigamos ir buscar as mais valias inerentes à comercialização e à distribuição dos produtos.

O que nós produzimos hoje em dia e a mais valia do que resta do que produzimos hoje é uma parcela demasiadamente pequena que resulta do nosso próprio trabalho.

- Criação de uma rede de transportes aéreos e marítimos da Região para o exterior com regularidade, qualidade e preços competitivos;
- Uma melhoria drástica da rede de comunicações externas da Região;
- Apoio aos investimentos em indústrias de tecnologia avançada através da fixação de investimentos estrangeiros na Região.
- Finalmente, apoio à actividade turística num claro entendimento de que a oferta turística dos Açores é vocacionada para índices de mercados não massificados.

O aspecto da valorização dos **recursos humanos**, na nossa opinião, não tem sido devidamente enquadrado nesta Região. Uma região que exporta gente, uma região que tem níveis de escolaridade baixos, é uma região que não se desenvolve.

É fundamental o apoio a:

- actividade científica e tecnológica da Universidade dos Açores;
- formação superior no sector Universitário e Politécnico;
- formação sócio-profissional e empresarial;
- criação de medidas activas para a fixação de quadros diferenciados na nossa Região.

Por último referiríamos a protecção dos **recursos endógenos**.

Achamos muito importante este ponto, na medida em que sendo os recursos piscatórios da Região escassos, dever-se-iam impedir ou limitar drasticamente o esforço de pesca de frotas oriundas de fora da Região.

Estas são algumas medidas que propomos e que esperamos que venham a ser enquadradas no futuro Quadro Comunitário de Apoio, tendo uma noção de que algumas delas se revestem no carácter especial e excepcional.

Gostaria de fazer aqui uma nota final que resultou inclusivamente — espero eu — da visita feita a Bruxelas de uma Comissão Permanente desta Assembleia.

Não basta ter um Primeiro-Ministro que ajudou de facto a que se conseguisse introduzir o conceito da ultraperiferia no Tratado.

Não basta ter um euro-deputado oriundo da Região Autónoma dos Açores que conseguiu que efectivamente se trouxesse cá uma Sub-Comissão da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Não basta um partido como o nosso ou outros que queiram dar um contributo em termos de pensamento sobre o que é e que será o futuro Quadro Comunitário de Apoio.

A maneira como essas coisas funcionam e se jogam, é lá em Bruxelas. É preciso envolver os parceiros sociais e um conjunto de pessoas num processo em que em nome do interesse da Região se consiga fazer vingar as nossas ideias contra muita gente que não gosta de ajudas específicas, uma Região Ultraperiférica.

Disse.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os partidos, que não sustentam o governo, devem fazer oposição, denunciando os erros e/ou omissões do governo e fiscalizando os actos da governação, mas não há oposição credível quando esta é feita, sistematicamente, na base do discurso do absurdo!

Vejamos, apenas, alguns exemplos elucidativos da contradição permanente:

- Uns, defendem que não se entreguem obras a empresas regionais, outros, questionam como se pode ultrapassar a legalidade para que se faça essa entrega;

- Uns, dizem que não há limpeza das ribeiras, outros, esquecem-se que em 1996, nas Flores, gastou-se nada nesse sector;
- Uns, não aceitam que há dívidas e más heranças, outros, dizem que fizeram o que puderam e que este governo deve cumprir com os compromissos existentes;
- Fala-se em atraso de algumas obras, mas esquece-se o tempo de paralisação das mesmas;
- Acusa-se o governo de má gestão, mas esquecem-se os erros grosseiros de processos administrativos, como ficou provado com o, ainda recente, processo dos terrenos da Calheta;
- Fala-se na ausência de diálogo e de negociação para, logo de imediato, se dizer que não é bem isto, mas ausência de espírito cristão, então em que ficamos?
- Acusa-se o governo de insultar as pessoas, o que é uma acusação grave, e não se apresenta nenhum caso concreto;
- Diz-se que o governo não faz, nem propõe nada de novo, mas quando este apresenta projectos de decreto legislativos regionais, que moralizam, tornando mais justos, os apoios (caso do SAFIN), imediatamente se reclama, dizendo que o P.S. está a enganar os Açorianos.

**Deputado João Cunha (PSD):** E é verdade!

**A Oradora.** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os açorianos não compreendem que quem os governou durante 20 anos, queira que em apenas 7 meses este governo já tivesse feito tudo o que ficou por fazer, e que foi muito!

O povo açoriano já percebeu que o P.S.D. não é uma oposição credível, porque só se pode acreditar no que se compreende e o discurso do P.S.D. não se entende, porque é absurdo, e não tem imaginação!

**Deputado João Cunha (PSD):** "Acalma-te Odete!"

**A Oradora:** Quem precisa de estar calmo é o Sr. Deputado, porque está um pouco nervoso!

**Deputado João Cunha (PSD):** Eu estou calmo!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Os apartes são regimentais.

**A Oradora:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PS prometeu aos açorianos governar com rigor, transparência, diálogo, justiça, inovação, melhor aplicação dos recursos existentes. E está já a fazê-lo seguindo estes princípios, e deles não abdicará nunca!

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Com esta intervenção...

**Deputado João Cunha (PSD):** Belíssima intervenção!

**O Orador:** ... fica encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos passar à nossa ordem de trabalhos com a leitura dos relatórios das Comissões Permanentes.

Para a leitura do relatório da Comissão de Organização e Legislação, tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Junho de 1997)*

## **CAPÍTULO I**

### **Introdução**

**1** - A Comissão de Organização e Legislação é constituída pelos seguintes Deputados:

**a) Do Partido Socialista**

- António Loura
- António Gomes
- António Silva Melo

- Guilherme Sousa
- José Nascimento Ávila
- Manuel Herberto Rosa.

#### **b) Do Partido Social Democrata**

- Aires Reis
- José Avelar Nunes
- José Francisco Fernandes
- Jorge Valadão dos Santos
- Victor Cruz
- Humberto Melo

#### **c) Do Partido Popular**

- Alvarino Pinheiro.

## **CAPÍTULO II**

### Generalidades

No Ante-Período legislativo de Junho de 1997 a Comissão reuniu nos dias 28 de Maio e 16 de Junho, na Horta, na sede da Assembleia, tendo nesta última reunião o Deputado João Cunha (*PSD*) substituído o Deputado Aires Reis (*PSD*).

## **CAPÍTULO III**

### Trabalhos Realizados

Nos termos previstos na alínea j) do artigo 56.º do Regimento, a Comissão emitiu parecer sobre:

- 1 - Projecto de Lei nº 15/VII - Estatuto do Direito de Oposição;
- 2 - Proposta de Resolução que aprova o orçamento suplementar da Assembleia Legislativa Regional para 1997.

## CAPÍTULO IV

### Trabalhos Pendentes

Estão pendentes, tendo sido prorrogados os prazos de apreciação, as seguintes propostas:

- 1 - Resolução que aprova a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional relativa ao ano de 1996;
- 2 - Resolução que altera o Regimento da Assembleia Legislativa;
- 3 - Resolução sobre o uso de papel reciclado na Assembleia Legislativa.

Horta, 16 de Junho de 1997.

**O Relator**, *Aires Reis*.

Aprovado por unanimidade.

**O Presidente**, *Humberto Melo*.

**Presidente:** Vamos passar à leitura e apresentação do relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Junho de 1997)*

## CAPÍTULO I

### Generalidades

1. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

**a) Do Partido Socialista (PS)**

- Deputada Maria da Natividade Medeiros da Luz (Secretária)
- Deputado Carlos Alberto da Costa Fraga
- Deputado João Carlos Couto Macedo
- Deputado José Humberto de Medeiros Chaves
- Deputado Rui Pedro Lopes Machado Ávila

**b) Do Partido Social Democrata (PSD)**

- Deputado Manuel da Silva Azevedo (Presidente)
- Deputado Francisco Xavier Araújo Rodrigues (Relator)
- Deputado João Manuel Bettencourt Cunha
- Deputado Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
- Deputado José Maria Bairos

**c) Do Partido Popular (PP)**

- Deputado João Maria Fraga Greves
- Deputado José António Mendes Ferreira Monjardino

**d) Do Partido Comunista Português (PCP)**

- Deputado Paulo António de Freitas Valadão

2. Faltaram justificadamente os senhores deputados Paulo Valadão, do PCP, a 26 de Maio, e João Greves, do PP, a 9 de Junho.

3. A 9 de Junho, os deputados Joaquim Ponte, do Partido Social Democrata, e Rui Pedro Ávila, do Partido Socialista, foram substituídos, respectivamente, pelos deputados Sidónio Bettencourt e Luís Resendes.

4. A 11 de Junho, os deputados do Partido Socialista, Carlos Fraga e José Humberto Chaves, e do Partido Popular, João Greves, foram substituídos, respectivamente, pelos deputados José Élio Ventura, Francisco Oliveira e Alvarino Pinheiro.

5. De 2 a 11 de Junho, por efeitos de suspensão de mandato do deputado do Partido Popular, José António Monjardino, o deputado Nuno Alberto Barata e Sousa assumiu funções nesta Comissão.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalhos Realizados**

1. A 26 de Maio de 1997, a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais reuniu na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, para emitir parecer dos seguintes diplomas:

a) Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei nº 427/89, de 7 de Dezembro, que se refere à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública;

b) Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei nº 184/89, de 2 de Junho, e que contempla os princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal na Administração Pública;

c) Projecto de Decreto-Lei que define o regime de instalação na Administração Pública.

2. A fim de ser emitido parecer à proposta de resolução do Partido Popular - Pronúncia por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores, a Comissão efectuou audiências com as seguintes entidades:

a) No dia 9 de Junho, em Ponta Delgada, com o Inspector da Polícia Judiciária, Comandante da Zona Marítima dos Açores, Comandante Regional da Polícia de Segurança Pública de Ponta Delgada e Procurador da República Adjunto;

b) No dia 11 de Junho e em Angra do Heroísmo, com o senhor Ministro da República, com os Comandantes Regionais da PSP de Angra do Heroísmo e da Horta e com o Comandante Interino da Brigada Fiscal da GNR dos Açores.

3. No dia 11 de Junho, a Comissão reuniu na delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na ilha Terceira, a fim de:

- a) Emitir parecer sobre a petição da reclassificação dos Técnicos Adjuntos de Agricultura e Pecuária;
- b) Aprovar o relatório a ser presente à Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu, bem como o presente relatório a que se refere o artigo 119º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

### **CAPÍTULO III**

#### **Programação de Trabalhos**

1. Reunião, a 17 de Junho, para emissão de parecer à Proposta de Lei nº 95/VII, que estabelece o regime de negociação colectiva e a participação dos trabalhadores da Administração Pública em regime do Direito Público.
2. Audições a diversas entidades representativas da sociedade com o fim de recolher pareceres sobre a Proposta de Resolução do PP - pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Trabalhos Pendentes**

- a) - Projecto de Decreto Legislativo Regional do PCP sobre a remuneração complementar.
- b) - Proposta de Resolução do PP - pronúncia por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores.

Angra do Heroísmo, 11 de Junho de 1997.

**O Relator,** *Francisco Xavier Araújo Rodrigues.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente,** *Manuel da Silva Azevedo.*

**Presidente:** Para a leitura do relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Junho de 1997)*

## **CAPÍTULO I**

### **Introdução**

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

**a) Do Partido Socialista (PS)**

- Francisco Sousa
- Luís Machado Resendes
- Maria de Fátima Sousa
- Maria Fernanda Mendes
- Norberto Messias

**b) Do Partido Social Democrata (PSD)**

- Ana Carolina da Silva
- António Meneses
- Aurélio da Fonseca
- Mark Marques
- Sidónio Bettencourt

### **c) Do Partido Popular (CDS/PP)**

- João Greves
- José Monjardino

### **d) Do Partido Comunista Português (PCP)**

- Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - Maria Fernanda Mendes (PS)

Relatora - Maria de Fátima Sousa (PS)

Secretário - Aurélio da Fonseca (PSD)

3. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu no dia 26 de Maio e 17 de Junho de 1997, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Nos dias 4 e 5 de Junho de 1997, a Comissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Ponta Delgada.

No dia 5 de Junho reuniu ainda a Sub-Comissão que está a preparar a Sessão Legislativa de Setembro.

4. No dia 26 de Maio de 1997 estiveram presentes todos os deputados que constituem a Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, com excepção dos deputados Francisco Sousa (PS), Aurélio da Fonseca (PSD), os quais foram substituídos por Herberto Rosa (PS) e Jaime Medeiros (PSD) respectivamente.

O deputado António Menezes (PSD), faltou justificadamente.

5. No dia 4 de Junho de 1997, estiveram presentes todos os deputados da Comissão, com excepção dos deputados António Menezes, Aurélio da Fonseca e Mark Marques (PSD), que foram substituídos por Berta Cabral, António Almeida, Jaime Medeiros (PSD) respectivamente.

Os deputados João Greves (CDS/PP) e Paulo Valadão (PCP), faltaram justificadamente.

Participou ainda nos trabalhos o deputado António Loura (PS).

6. No dia 5 de Junho de 1997, estiveram presentes todos os deputados que constituem a Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, com excepção dos deputados Luís Resendes (PS) e Mark Marques (PSD), que foram substituídos por António Loura (PS) e Manuel Azevedo (PSD) respectivamente.

Os deputados António Meneses, Aurélio da Fonseca (PSD) e João Greves (CDS/PP) faltaram justificadamente.

7. Na reunião da Sub-Comissão no dia 5 de Junho de 1997, estiveram presentes todos os deputados que a constituem.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalhos Realizados**

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais no dia 26 de Maio de 1997, apreciou e elaborou parecer sobre o seguinte diploma:

- Projecto de Decreto-Lei que "regulamenta o processo de constituição e a forma de organização e de funcionamento das Comissões Locais de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido".

2. A Comissão no dia 4 de Junho de 1997 analisou e deliberou o seguinte:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Dispensa de exercício efectivo de funções, por períodos limitados, aos trabalhadores que sejam membros dos órgãos executivos das Misericórdias e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social";

Por proposta do PSD e estando presente o Partido proponente (CDS/PP), foi aceite por consenso solicitar parecer à Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 15/97 - "Regime de Apoios a conceder pela Administração Regional Autónoma dos Açores às Entidades ou Indivíduos que promovem Iniciativas destinadas à Juventude";

Foi deliberado solicitar ao Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais parecer do Conselho Regional de Juventude.

Foram ainda apreciados e elaborados pareceres sobre os seguintes diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 14/97 - "Extinção do SAFIN - Sistema de Apoio Financeiro à Habitação";

- Projecto de Decreto-Lei que define o regime de acesso e de exercício de actividade de operador de rede de distribuição de televisão por cabo"

3. A Comissão no dia 5 de Junho de 1997 apreciou e elaborou parecer sobre o seguinte diploma:

- Proposta de Lei nº 110/VII - "Acréscimo a título de correcção das desigualdades derivadas de insularidade nos valores das pensões e prestações pecuniárias nas Regiões Autónomas".

4. Ainda no dia 5 de Junho de 1997 a Sub-Comissão iniciou a apreciação dos dados constantes nos questionários sobre a "Droga", a fim de preparar a Sessão Legislativa Regional de 9 de Setembro.

5. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais na reunião do dia 17 de Junho de 1997 aprovou o presente relatório.

### **CAPÍTULO III**

#### **Programação de Trabalhos**

Foram agendadas as seguintes visitas de trabalho:

Ilha das Flores - de 16 a 18 de Setembro

Ilha de S. Jorge - de 6 a 8 de Outubro

Foi dado conhecimento que o Grupo Açoriano de Investigação em Neurogenética endereçou um convite aos elementos da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para participarem no "Encontro Regional sobre a Doença de Machado - Joseph" que decorrerá em Ponta Delgada nos dias 27 e 28 de Junho no Anfiteatro C, da Universidade dos Açores, tendo sido deliberado participar neste encontro.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Trabalhos Pendentes**

1. Na Comissão encontram-se pendentes os seguintes documentos:

- Projectos de Decreto Legislativo Regional - "Dispensa do exercício efectivo de funções, por períodos limitados, aos trabalhadores que sejam membros dos órgãos

executivos das Misericórdias e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social";

- Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores";
- Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a "elaboração de um estudo sobre a situação das Mulheres Açorianas";
- Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para "alteração do Nome do Novo Hospital de Ponta Delgada";
- Preparação do Plenário de Setembro sobre a temática - "Toxicodependência";
- Projecto de Proposta de Lei que "autoriza o Governo a alterar o disposto no Decreto-Lei nº 140-D/86, de 14 de Junho, relativo às taxas contributivas dos regimes de Segurança Social";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 18/97 - "Regime de Apoios a conceder a Actividades Culturais consideradas de relevante interesse para a Região";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 17/97 - "Criação do Conselho Regional para a Integração e Cidadania";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/97 - "Criação de Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres".

Horta, 17 de Junho de 1997.

**A Relatora,** *Maria de Fátima Sousa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente,** *Maria Fernanda da Silva Mendes.*

**Presidente:** Vamos passar à leitura do relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

**Deputado João Forjaz Sampaio (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**

*(Ante-Período Legislativo de Junho de 1997)*

**CAPÍTULO I**

Generalidades

**1. - CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes Deputados:

**PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)**

- Augusto Elavai
- Élio Valadão
- Francisco Oliveira
- João Forjaz Sampaio
- Manuel Serpa
- Vasco Cordeiro

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (P.S.D.)**

- António Almeida
- Berta Cabral
- Duarte Freitas
- Eugénio Leal
- Jaime Medeiros
- Manuel Brasil

**PARTIDO POPULAR (P.P.)**

- Alvarino Pinheiro

**2. - MESA DA COMISSÃO**

A Mesa da Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes Deputados:

Presidente - Augusto Elavai (P.S.)

Relator - João Forjaz Sampaio (P.S.)

Secretário - Duarte Freitas (P.S.D.)

## **CAPÍTULO II**

### **Reuniões Efectuadas**

1. - A Comissão de Economia, Finanças e Plano, realizou a primeira reunião no dia 30 de Maio de 1997 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

2. - A segunda reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, realizou-se no dia 9 de Junho de 1997 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada. O deputado Manuel Serpa foi substituído pela deputada Fátima Sousa e o deputado Duarte Freitas foi substituído pela deputada Ana Carolina. Os deputados Francisco Oliveira, António Almeida, Eugénio Leal, Manuel Brasil e Alvarino Pinheiro faltaram justificadamente.

3. - A terceira reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, realizou-se nos dias 16 e 17 de Junho de 1997 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Cidade da Horta. No dia 16, o deputado Francisco Oliveira foi substituído pelo deputado Norberto Messias e o deputado Jaime Medeiros foi substituído pelo deputado José Aguiar. No dia 17, o deputado Manuel Serpa foi substituído pelo deputado Norberto Messias. O deputado Jaime Medeiros, o deputado Duarte Freitas e o deputado Alvarino Pinheiro faltaram justificadamente.

## **CAPÍTULO III**

### **Trabalhos Realizados**

REUNIÃO DE 30 DE MAIO DE 1997

A Comissão de Economia, Finanças e Plano reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (A.L.R.A.), em Ponta Delgada, para a redacção dos documentos finais do Orçamento e Plano para o ano de 1997, aprovados na última sessão Plenária de 27 de Maio.

#### REUNIÃO DE 9 DE JUNHO DE 1997

O Presidente da Comissão, deputado Augusto Elavai informou os membros da Comissão sobre a conclusão dos trabalhos do “Anteprojecto de Lei de Finanças Regionais”, tendo sido efectuada a reunião para o relatório final desse Anteprojecto no dia 6 de Junho de 1997.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, reuniu para apreciar e dar parecer sobre as propostas de:

- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o novo regime de autorização e comunicação prévias a que estão sujeitas a instalação de unidades comerciais de dimensão relevante.
- Proposta de Resolução - limite de avales a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1997.
- Projecto de Decreto-Lei que aprova o novo estatuto do Instituto de Seguros de Portugal.
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece medidas comunitárias mínimas de controlo de certas doenças dos moluscos bivalves vivos.
- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativo à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.
- Projecto de Decreto Regulamentar que regula os parques de campismo públicos.
- Projecto de Decreto Regulamentar que regula os meios complementares de alojamento.
- Projecto de Decreto Regulamentar que regula o turismo no espaço rural.
- Projecto de Decreto Regulamentar que regula os estabelecimentos de restauração e bebidas.
- Projecto de Decreto Regulamentar que regula os estabelecimentos hoteleiros.

- Projecto de Decreto-Lei que cria o Programa Operacional de Iniciativa Comunitária das Pequenas e Médias Empresas.

#### REUNIÃO DE 16 E 17 DE JUNHO DE 1997

O Presidente da Comissão, deputado Augusto Elavai informou os membros da Comissão que tinha recebido recentemente o parecer elaborado pelo Dr. Álvaro Monjardino sobre a “ Anteproposta de Lei sobre o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”, tendo sido distribuída fotocópia pelos membros da Comissão.

Informou ainda sobre o programa da visita a efectuar às Ilhas do Corvo e Flores de 30 de Junho a 3 de Julho.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano aprovou o presente relatório e apreciou e deu parecer sobre os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto-Lei que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública.
- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para o direito interno a Directiva nº 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
- Projecto de Decreto-Lei que cria o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.
- Projecto de Decreto-Lei que altera o nº 3 do artigo 17º e a alínea b) do nº 1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro (estabelece normas relativas à Rede Nacional das Áreas Protegidas).
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos (revoga o Decreto-Lei nº 310/95, de 20 de Novembro).
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 8/97 - Extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura - I.A.C.A.P.S..
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 11/97 - Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 2/83/A, de 2 de Março - Protecção de Mamíferos Marítimos no mar Territorial e na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores.

## Trabalhos Pendentes

Encontram-se para análise e parecer os seguintes documentos:

- Projecto de Decreto-Lei que introduz alterações ao Decreto-Lei nº 325/93, de 25 de Setembro, no que concerne às taxas do imposto incidente sobre o consumo de cigarros.
- Projecto de Decreto-Lei que regulamenta o estatuto legal do defensor do Contribuinte, criado pelo artigo 27º do Decreto-Lei nº 158/96, de 3 de Setembro (Lei Orgânica do Ministério das Finanças).
- Projecto de Decreto-Lei que institui o sistema de controlo interno da administração financeira do Estado.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 9/97 - Alteração do Decreto Regional nº 18/80/A, de 21 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do arrendamento rural dos baldios.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/97 - Protecção do Património Florestal Regional.
- Análise do Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1994.

Horta, 17 de Junho de 1997

**O Relator**, *João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio*.

Este relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente**, Augusto António Rua Elavai.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu queria requerer ao Sr. Presidente da Comissão que fizesse chegar à Representação Parlamentar do Partido Comunista Português o parecer elaborado pelo Dr. Álvaro Monjardino, referente à Anteproposta de Lei sobre o "Enquadramento do Orçamento

da Região Autónoma dos Açores", na medida em que este parecer foi distribuído aos membros da Comissão e dado que não estamos representados na mesma, solicitava ao Sr. Presidente no sentido de nos fazer chegar o mais urgente possível esse documento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Comissão.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu farei chegar esse parecer.

Como está referido no relatório esse documento foi apenas distribuído nos dias 16 e 17, mas como não lhe foi entregue, envidarei todos os esforços para que o mesmo ainda hoje lhe seja entregue.

**Presidente:** Vamos passar ao segundo ponto da nossa Ordem de Trabalhos, ou seja, ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional que "altera o Decreto Legislativo Regional n.º 6/97/A, de 22 de Maio — Adapta à Região o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro (Cria o Regime de Avaliação da Incapacidade das Pessoas com Deficiência)".**

Está aberta a discussão sobre esse Pedido de Urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas palavras apenas para dizer que este Pedido de Urgência aparece aqui, porque verificou-se a existência de um lapso na composição das juntas médicas.

Portanto, é necessário corrigir isto o mais rapidamente possível, porque está a causar alguns estrangulamentos no funcionamento destas juntas.

**Presidente:** Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sendo assim, o respectivo Projecto ficará agendado como estava previsto para último ponto da nossa Ordem de Trabalhos.

Vamos passar para o 3.º ponto — **Proposta de Resolução sobre o "Limite de Avals a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1997"**.

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Proposta de Resolução que requer um limite máximo de avals de 8 milhões de contos, foi analisada em Comissão e o seu parecer foi aprovado por maioria.

Recordo que no ano passado foram requeridos 8 milhões e meio de contos.

No fundo, esta proposta tem como finalidade substituir os avals e devo acrescentar que não estão previstos neste diploma novos avals.

Sendo assim, o PS vai votar favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com o Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime de concessão de avals da Região Autónoma dos Açores, o aval da Região tem carácter excepcional e apenas poderá ser concedido quando se trate de operações de financiamento de empreendimentos ou de projectos de manifesto interesse para a economia regional e enquadráveis nos objectivos do Plano Regional.

Nesta medida, a política que tem vindo a ser seguida na Região Autónoma dos Açores é a de conceder avals exclusivamente a empresas públicas, a empresas de capitais maioritariamente públicos e a institutos públicos.

Considerando que a situação das empresas regionais, nomeadamente da SATA, se encontra sanada e tendo em conta que os avals concedidos no ano anterior não chegaram a 3 milhões de contos, consideramos o plafond de avals agora solicitado excessivo.

Gostaríamos que o Sr. Secretário Regional das Finanças estivesse presente para nos poder explicar com mais detalhe os avals que pretende conceder, mas vejo que não é

possível, a menos que algum dos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista o possa fazer.

Para além disso, queria referir que se trata de um plafond líquido. Portanto, não estão aqui em causa substituições de avales, mas sim avales novos.

Caso não tenhamos as explicações em detalhe sobre este plafond, o Partido Social Democrata abstém-se nesta votação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer-vos com toda a franqueza que, em princípio, o Partido Popular não gosta deste documento, porque é o comprovativo, mais uma vez, de que uma região ou estado deve fazer o menos possível por gerir empresas ou ter envolvimento com elas. Temos noção que no Programa do Governo foi colocado, e assim posteriormente na própria aprovação do Orçamento, um conjunto de réplicas estabelecidas, pelas quais o Governo apresentará a esta Assembleia a lista e as medidas necessárias tendentes à total e integral privatização de todas as empresas públicas.

Por causa disso, porque esse prazo está a decorrer, o Partido Popular não votará contra e irá abster-se neste processo.

Acresce ao facto, e eu não podia estar mais de acordo com a Deputada Berta Cabral, que a informação que aqui está é muito pouca.

Passar um voto de confiança a 8 milhões de avales sem sabermos como, quando e porquê, faz muito pouco sentido, além de que a ausência do Sr. Secretário Regional das Finanças neste plenário, é uma falta de respeito para com o mesmo.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário das Finanças não está, mas justificou-se perante alguns deputados que cá estavam. De qualquer forma, ele deixou-me a incumbência de defender a parte dos avales.

Posso dizer que já o ano passado foram pedidos 8 milhões e meio, mas não foram gastos. O limite não foi gasto, gastou-se apenas 2 milhões e oitocentos mil e em termos de substituição são necessários 2,9.

Por outro lado, o Sr. Secretário disse-me que não estavam previstos novos avales. Estes 8 milhões eram apenas para substituir os já existentes.

No que respeita às empresas públicas, nomeadamente a EDA, a única coisa que estava previsto em termos de operações de financiamento eram 2,3 milhões. Porém, esse aval só seria dado se fosse possível conseguir com isso melhorias de condições de financiamento, mais precisamente, taxas de juro e prazos.

De resto, não estão previstos — e estou autorizado a dizê-lo — novos avales.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que estamos hoje a fazer não é nenhuma novidade, porque já o fizemos no passado. Aliás, parece que esta metodologia repete-se anualmente e exactamente igual.

É lamentável que aconteça deste modo, porque perante um documento tão importante como este, nós não compreendemos e não aceitamos que o responsável pelo Governo Regional sobre esta matéria, não possa esclarecer o assunto.

Nós estávamos convencidos que os Srs. Secretários que estão presentes na Sala, estariam incumbidos de justificar este documento, porque quando se refere outras operações de financiamento que se venham a revelar de interesse para a Região, na nossa opinião, isto tinha que ter aqui uma justificação cabal, completa e exaustiva.

Porém, não podemos sacar culpas apenas ao Governo Regional, porque este documento passou por uma Comissão e julgamos que essa Comissão devia ter procurado esclarecer e aprofundar a matéria.

Lamentavelmente nós não estamos na Comissão e por isso mesmo entendemos que se lá estivéssemos, logo que houvesse tempo útil, faríamos tudo para que o Sr. Secretário lá — aliás isto aconteceu no passado por diversas vezes em relação aos empréstimos e aos avales — e perante este plenário, procurasse elucidar-nos o mais completamente possível sobre o destino dos avales.

No entanto, se nós olharmos àquilo que se passou — e esse documento existe na proposta do Governo — até 31/12/96, é evidente que o problema dos avales não é novo, nem é diferente.

Trata-se de uma realidade com a qual ainda vivemos e estamos convencidos que este ano vamos ter que viver com ela, uma vez que já tem sido agitado na Comunicação Social, como sendo um problema existente nalgumas empresas públicas. É uma realidade que existe, que constatamos e que temos que atender.

O Partido Comunista Português vai atender a essa realidade dando o seu voto favorável a este documento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Elavai:

O meu colega de bancada Alvarino Pinheiro já ontem pediu para pararmos de uma vez por todas com os argumentos do passado.

Dar o argumento básico de que já no passado se pediu avales quando se anda a criticar todas as situações já acontecidas, nomeadamente o crescimento do endividamento e dos avales, e utilizar agora isso como argumento para sustentar novamente a base de um pedido de um aval, é politicamente errado.

Houve um voto de mudança que os Srs. corporizaram e no programa do Governo está colocado um conjunto de princípios completamente diferente e de inflação àquilo que se vinha a fazer no passado, portanto, não apresentem esse argumento.

Apresentem um argumento como seja "eu ainda estou num ano de transição e necessito de ..." - até aí tudo bem.

Porém, apresentar um argumento dizendo que "os Srs. fizeram no passado e nós temos que fazer agora", não pode ser. Está completamente errado e o Partido Popular já disse, inclusivamente na última discussão do Plano e Orçamento, que se é essa a lógica, não vão ter o nosso apoio no futuro. Ou mudam, ou não mudam.

Em segundo lugar, fazer um pedido por excesso, não faz sentido.

Faz-se um pedido para as necessidades e a partir daí se houver outra necessidade coloca-se neste plenário e a Assembleia estará cá para a analisar.

É esta a nossa posição.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento insistir, mas o que está presente nesta Assembleia é uma autorização para o limite máximo líquido dos avales.

O limite máximo líquido são novos avales.

Sobre isto não há confusão.

O Sr. Secretário pode dizer que são novos, que são velhos, que são os mesmos, mas tenho muita pena, porque ou não sabe o que é que está a dizer ou não sabe o que é que escreveu.

O que está aqui escrito é: "Esta Assembleia resolve fixar o limite máximo líquido dos avales em 8 milhões de contos".

Devo dizer que são mesmo novos, porque naturalmente o Governo vai ter que dar o aval à segunda fase do projecto geotérmico. É pena é que tenha que ser eu a dizer isto.

Com certeza que é preciso algum limite de avales. Porém, tenho grandes dúvidas que sejam necessários 8 milhões de avales, até porque o ano passado só foram utilizados 2,8 milhões de contos. Por isso mesmo, por não ter informação detalhada — era apenas isso que considerávamos ter direito — o PSD vai abster-se nesta votação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é para entrar no debate, mas sim para esclarecer que não há nenhuma falta de respeito pelo facto do Sr. Secretário não estar presente nesta Casa neste momento, porque de acordo com o programa de trabalhos que foi feito para a visita dos deputados do Parlamento Europeu, o Sr. Secretário terá uma reunião na Terceira, em nome...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Está bem, mas então outro membro do Governo que responda!

**O Orador:** ... da sua Secretaria e com o Sr. Director Regional do Planeamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Chamo apenas a atenção que tinha o limite de duas intervenções. Portanto, tem 3 minutos para prestar esclarecimentos.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para informar o Sr. Deputado José Monjardino que eu disse que no ano passado foram pedidos 8 milhões e meio e não foram todos utilizados. Eu até dei o exemplo para bem do PSD.

Nós não pedimos os 8 milhões, porque o ano passado o PSD pediu 8 milhões e meio. Portanto, gostaria de lhe dizer que quando se pede por vezes a mais, isso não quer dizer que vamos utilizar tudo.

A mim, o Sr. Secretário disse-me que não estavam previstos novos avales.

De facto, o que está na nota justificativa é: "para outras operações de financiamento que se venham a tornar de interesse para a Região". Eventualmente, podem estar aqui novos avales.

O facto de não estarem previstos não quer dizer que não venham a acontecer. Segundo o Sr. Secretário, estavam previstos eventualmente para operações de novos financiamentos, para a EDA 2,3 milhões, mas só se isso se revelasse de interesse para a Região em termos de taxas de juro e para acções de financiamento.

Quanto à SOGEO, o que estava previsto vem na sequência da resolução deste empreendimento que vai ser consolidado e transformado num empréstimo a longo prazo.

Obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que a posição apresentada pelo meu colega Deputado José Monjardino, foi suficientemente clara, tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista político.

Entretanto, as duas intervenções posteriores, proferidas pela bancada do PS, levam-nos a ter que justificar adicionalmente.

Quando este Parlamento nota, regista e lamenta a ausência de um membro do Governo responsável por uma proposta que está presente, julgo que o faz com toda a

legitimidade, aliás, traduzindo a tradição ao longo dos anos, felizmente nesta Assembleia, face às ausências dos membros do Governo.

Eu não acredito que os seis governos anteriores quando eventualmente não estavam presentes nesta Casa em momentos de matéria que tinham a obrigação de estar, que o fizessem por deliberada vontade. Faziam-no na base de uma opção entre agendas.

Mas esta Assembleia sempre entendeu que esta "agenda" é a mais importante na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado José Monjardino (PP):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não admitimos que se venha agora tentar introduzir justificações que ninguém acredita.

Portanto, acho que devemos manter o espírito de que nós também respeitamos as agendas dos Srs. Membros do Governo, mas não podemos deixar de fazer aqui um registo objectivo e em defesa da instituição parlamentar. Foi isso que o meu colega deputado fez e é isso que insistentemente defendemos neste Parlamento.

Em relação ao montante do aval que aqui é pedido, depois dos esclarecimentos do Sr. Deputado Augusto Elavai, cada vez mais ficamos com a ideia de que não faz sentido o montante da proposta que o Governo Regional aqui nos apresentou, com a agravante de que estamos em meados de Junho. Este não é um processo apresentado em Outubro do ano anterior. Este processo é apresentado em andamento, ou seja, em meados de Junho.

O Governo pela voz do Deputado Augusto Elavai, reconhece que neste momento não tem nenhuma perspectiva de aplicação dessa política.

Admite que necessita de forma cautelosa de um plafond, mas... Santo Deus! — e foi isso que o meu colega deputado já referiu — porquê essa tendência imitadora dos valores que constavam do passado?!

Se o PSD no passado apontasse para valores da ordem dos 16 milhões de contos, hoje tínhamos aqui 16 milhões contos.

Se o PSD tivesse apontado para valores na ordem do 4 milhões contos, hoje tínhamos aqui a mesma quantia.

Sob esse ponto de vista, a nossa posição é contrária e é justificativa para "chumbar" esta proposta do Governo Regional, porque ela não tem em conta nem o tempo, nem a situação real em que pode aparecer.

Como medida cautelar — isto agora é subjectivo — eu podia apontar 4 milhões de contos, porque é mais que suficiente.

O número que não tem inovação e não tem criatividade de nenhuma espécie é esse número dos 8 milhões. Esse paralelismo, essa falta de criatividade em relação ao que vem de trás é lamentável!

O Partido Popular já contestou essa falta de imaginação da actual administração e este é um exemplo lamentável.

Por conseguinte, a nossa posição de abstenção que foi aqui anunciada, tem um sentido prático de contestação a todos esses aspectos que estão relacionados com essa proposta.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho pouco mais a acrescentar.

Julgo que está tudo bem claro e era isso que eu queria aqui dizer.

De facto, não há justificação plausível para estes avales, não só em relação ao montante, como em relação aos projectos de investimento que pretendem apoiar.

Nós mantemos a nossa posição, porque percebemos claramente que há aqui falta de experiência, falta de conhecimento e até — diga-se em boa verdade — falta de trabalho para justificar melhor este pedido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço a palavra na ausência do Sr. Secretário Regional para as Finanças e Planeamento face às últimas afirmações da Sra. Deputada Berta Cabral, porque eu já fui Deputado na Comissão de Economia e uma coisa que se faz normalmente é pedir determinados esclarecimentos na Comissão.

Eu não estou aqui a atribuir culpas...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Mas pode!

**O Orador:** ... mas provavelmente a Comissão não completou o seu trabalho quando o devia ter feito.

Este tipo de assunto é para ser discutido em Comissão.

Os Srs. Deputados deviam ter levantado estas questões na Comissão.

Muito obrigado.

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. Presidente da Comissão é que tem a culpa!

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões:

Em primeiro lugar, se a Comissão não fez o seu trabalho, eu não tenho essa responsabilidade, porque não sou Presidente da Comissão e não tenho nela qualquer papel de relevo ou de direcção.

Em segundo lugar, ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Deputado em 1995, recomendo-lhe que leia o Diário das Sessões e veja a discussão que se gerou sobre esta matéria em plenário, independentemente daquilo que foi discutido em Comissão.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário não foi à Comissão, porque ninguém solicitou a sua presença na mesma.

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. é que é Presidente da Comissão!

Não sabe o que é que tem que fazer?!

**Orador:** De qualquer maneira, não se pode aceitar o argumento de que isto é falta de trabalho, porque julgo que está apresentada a nota justificativa desta proposta.

Eventualmente o valor de 8 milhões pode ser um bocadinho exagerado, mas a nota justificativa é suficiente, quando diz que é para substituir e eventualmente para novos avales.

**Deputado António Meneses (PSD):** É quase a mesma coisa.

**O Orador:** Não estão previstos novos avales.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Apenas para lembrar a V. Exa que na última Legislatura fiz parte da Comissão de Economia junto consigo. V. Exa. pediu informações na Comissão. No entanto, não deixou nesta mesma Sala quando nós lembrámos que devia ter pedido as informações na Comissão, de dizer que tinha deixado para aqui aquelas que bem entendia.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento a bancada do Partido Social Democrata pondera seriamente em entregar à Mesa um requerimento de baixa à Comissão.

Antes que o faça e consciente da sua responsabilidade, faz a seguinte pergunta:

Quais são as consequências desta proposta ser adiada para Setembro?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Popular ainda não tem funções governativas, mas mesmo sem as ter (estamos preparados para o fazer a qualquer momento)...

*(Risos da Câmara)*

... gostaríamos de concluir o seguinte.

Por tudo aquilo que foi dito, não nos parece difícil admitir que não haverá nenhum mal à Região Autónoma dos Açores, se esta matéria for discutida em Setembro, por razões óbvias.

Qualquer processo — e temos aqui nesta Assembleia pessoas suficientemente experientes nesse domínio — conducente a uma solicitação de avales junto da administração regional, tem um período mínimo de apresentação, diálogo e negociação.

Até à data, como foi declarado pelo Sr. Deputado Augusto Elavai, por informação colhida junto do Sr. Secretário Regional, a Região não tem nenhum pedido concreto e perante o silêncio da bancada do Partido Socialista e do representante do Governo Regional aqui presente, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, e do Presidente da Comissão que por seu turno dialogou com o Secretário Regional sobre essa matéria, a nossa perspectiva é de que não haveria inconveniente institucional e, desde já, queremos referir que nós próprios, paralelamente e face ao decorrer da discussão, estamos a ponderar a oportunidade de apresentar um requerimento de baixa à Comissão para que saia um documento adequado com montantes ajustados às previsões das necessidades da Região em matéria de avales.

Caso contrário, este nosso exercício legislativo é irrelevante, porque nessa filosofia, para a próxima pede-se um limite de 10 milhões de contos.

Em princípio, não há ajustamento entre o que se pede e aquilo que se prevê que venha a ser executado.

Nessa perspectiva o Partido Popular está disponível para isso.

Podemos solicitar um intervalo de 15 minutos para dar tempo à bancada do Partido Socialista ponderar sobre essa matéria ou obter alguma informação adicional, porque nós percebemos o espírito da intervenção da Deputada Berta Cabral.

Também nós nos preocupamos e pensamos que o lógico seria a baixa desse documento à Comissão, a qual não vai prejudicar nenhum acto de gestão fundamental para a administração.

Essa informação pode-nos ser dada pelo Partido Socialista e na nossa perspectiva, essa tem que ser uma decisão politicamente correcta, tecnicamente exigida, mas também com alguma responsabilidade como tudo o que fazemos nesta Assembleia.

Se o Partido Socialista acha que 15 ou 30 minutos seriam úteis para prestar esse esclarecimento, nós requeríamos ao Sr. Presidente da Assembleia o favor de suspender os trabalhos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, é para pedir a interrupção dos trabalhos por 15 minutos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós não estamos nesta Assembleia a contabilizar acções, atitudes, requerimentos e iniciativas.

Porém, às vezes sentimo-nos um bocadinho "apalpados" em determinadas situações.

*(Risos da bancada do PSD)*

No caso em apreço, até porque a matéria foi sugerida pelo PSD e nós reconhecemos aqui essa iniciativa, nós estávamos a ponderá-la, mas não queremos tirar nada a ninguém.

Se alguém falou porque estava no uso da palavra e teve esse privilégio em solicitar o intervalo, fomos nós.

Eu acho que a intervenção do meu ilustre companheiro e colega Deputado Augusto Elavai, para pedir o intervalo depois de nós já o termos solicitado, com o devido respeito, a nós não nos esclareceu nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão interrompidos os nossos trabalhos durante 15 minutos a pedido do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

*(Eram 11.40 horas).*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos dando continuação à Proposta de Resolução sobre o "Limite de avales a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1997".

*(Eram 12.00 horas).*

Para continuar o debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Procurarei esclarecer as questões aqui levantadas em plenário.

De facto, um dos argumentos aqui utilizados e que pensamos que colhe, é de que a eventual baixa à Comissão poderá prejudicar o desenvolvimento de determinadas operações. Esta é uma consequência que poderá acontecer sobretudo num caso muito específico, ou seja, o caso da SATA, onde existe a intenção de transformar uma carta de conforto, a pedido do BEI, num aval da Região, aliás a operação já está a ser negociada.

O montante previsto para a SATA são de 2,6 milhões de contos.

Na nossa opinião, a alternativa de baixar à Comissão poderia ser prejudicial, nomeadamente para esta empresa pública.

Estarei à vossa disposição para posteriores esclarecimentos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência deste esclarecimento prestado pelo Sr. Secretário, gostaria de saber qual é o objecto deste aval à SATA, uma vez que penso que poderá estar aqui em causa a consolidação ou a transformação do empréstimo do BEI noutra tipo de empréstimo e em melhores condições, ou se é para melhores investimentos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não sei dos pormenores da operação em termos técnicos no interior da SATA. Portanto, não lhe posso responder neste momento.

O que eu sei e já informei a Assembleia, é que de facto trata-se da transformação de um empréstimo já existente no fundo avalizado por uma carta de conforto garantido por um aval da Região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pedir mais um esclarecimento ao Sr. Secretário.

Neste momento, são só necessários 2,6 milhões de contos?

Se não, quais as outras operações que vão ser feitas, com que fim e quais os seus montantes?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu considero preocupante este esclarecimento, porque a SATA tinha um passivo de 8 milhões e meio de contos; recebeu 6 milhões de contos do Governo Regional; o remanescente é um empréstimo do BEI para aquisição dos 3 ATP's que tem a voar na sua frota, portanto, se há aqui necessidade de um empréstimo novo, tenho que considerar preocupante. Se se trata da consolidação ou da transformação do empréstimo do BEI, não é necessário nenhum plafond de avales, porque estamos aqui a aprovar um plafond líquido de avales.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Continuando ainda a esclarecer...

**Deputado João Cunha (PSD):** O pior é que não esclarece nada!

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Não esclarece nada!

**O Orador:** Muito obrigado pela sua cooperação!

Para além desta substituição da carta de conforto da SATA de 2,6 milhões, julgo que existe ainda uma substituição de um empréstimo de 2,3 milhões à EDA, um empréstimo à SOGEO de 2,3 milhões e ainda pequenos montantes ao IAMA.

Há aqui a necessidade de limite de avales...

**Deputado José Monjardino (PP):** Para quê?!

**O Orador:** ... e já foi defendida pela bancada do Partido Socialista. De facto, não se prevê um aumento líquido de avales, mas há uma necessidade de renovação dos mesmos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não fiquei esclarecido no que se refere à minha pergunta.

2,3 milhões da EDA para quê?

A operação está a decorrer ou não?

2,3 milhões para a SOGEO para quê?

A operação está a decorrer ou não?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os montantes são estes.

A única operação que está a decorrer neste momento, como eu já afirmei aqui, é a operação da SATA.

As outras prevê-se que venham a decorrer durante o corrente ano e têm em vista a substituição de avales anteriormente concedidos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é uma substituição, então tenho que colocar a pergunta que a Sra. Deputada Berta Cabral fez.

Se há um aumento líquido de 8 milhões e estamos a falar de operações de substituição, para quê o aumento dos plafonds?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a oposição neste momento está mais preocupada em não entravar este processo do que o Governo e a bancada do Partido Socialista.

Mais uma vez, fazendo uma tentativa para tentar encontrar uma solução para isto, eu vou fazer uma pergunta muito concreta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

O Sr. tem intenção de conceder avales directa ou indirectamente às cooperativas de lacticínios?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não vejo o que é que essa pergunta poderá ter a ver com esta concessão de avales. Estamos aqui a falar concretamente de empresas públicas ou de empresas com participações do Estado, em que de facto existe uma obrigação de, por via da posição accionista da Região, as manter em funcionamento e de manter a prestação e serviço público.

No que respeita às cooperativas de lacticínios, a Sra. Deputada Berta Cabral já me ouviu dizer nesta Casa, qual a situação dos pedidos de apoio financeiro e, nomeadamente, qual o enquadramento legal em termos de ajudas do Estado no âmbito da União Europeia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Neste momento foi entregue na Mesa um requerimento de baixa à Comissão, o que prejudica as intervenções.

Este requerimento, apresentado pelo PSD, foi subscrito por 5 Deputados e tem o seguinte conteúdo:

"O Grupo Parlamentar do PSD requer, ao abrigo do artigo 148.º do Regimento, que a Proposta de Resolução n.º 10/97, "Limite de avales a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1997", baixe à Comissão de Economia, Finanças e Plano para efeitos de nova apreciação".

Vamos passar à votação deste requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento de baixa à Comissão, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O requerimento foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP e registou 23 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Nós votámos contra o requerimento não por não considerarmos que efectivamente o assunto pudesse, pode e merece, ser visto pela Comissão.

No entanto, temos consciência de que poderá haver, e haverá de certeza, a necessidade de em curto prazo, o Governo ter o dispositivo dos avales.

Com isto não quero dizer que sejam os 8 milhões que se propõe, mas estamos convencidos que terá necessidade de avales a curto prazo.

Aliás, estou perfeitamente convencido de que a Sra. Deputada Berta Cabral que já foi Secretária Regional das Finanças, tenha tanta consciência como nós temos de que para aquele Governo funcionar a nível das empresas públicas, hoje, tinha a necessidade desta Assembleia lhe conceder autorização para avales.

Não estou a precisar a quantia. Quem deveria estar ali a quantificar era o Sr. Secretário Regional das Finanças.

No entanto, consideramos que essa necessidade seria premente neste momento. Daí o nosso voto contra àquele requerimento.

Acima de tudo, pensamos — não estamos aqui para apoiar o Governo, não somos partido de suporte do Governo, somos um partido de oposição — que, neste

momento, o que está em causa de bom e efectivo é a administração da Região em tempo útil.

O nosso voto foi nesse sentido, ou seja, contribuir para que a Região pudesse, administrativamente nos próximos meses, resolver situações importantes.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que se passou aqui hoje, é absolutamente lamentável e na nossa sincera opinião esperamos que nunca mais se repita.

O Partido Popular votou a favor da baixa do documento à Comissão, pela simples razão de que não se sente minimamente elucidado sobre o que é que está por detrás de um pedido de um aumento líquido dos avales de 8 milhões de contos.

Essa responsabilidade, Sr. Deputado Paulo Valadão, é do Governo que pede 8 milhões e ele é que tem que dizer porque é que quer esses 8 milhões de avales. Nós não podemos ir ao ponto de, cegamente, passar uma carta em branco para uma coisa que não sabemos para que serve.

Se este assunto era de vital importância então o Sr. Secretário Regional das Finanças tinha que estar aqui e não com a Comissão do Parlamento Europeu. Se ele não esteve é porque não é importante.

Nós temos que fazer uma leitura do que se passou aqui. Porque temos a preocupação de que se calhar há algo de importante que se passa aqui e como nem a bancada do Partido Socialista nem os membros do Governo sabem para que é, votámos a baixa à Comissão.

Se não fosse esse benefício de dúvida, nós tínhamos votado contra. Isto é dramático.

Uma Região não pode ser conduzida desta maneira. É uma vergonha!

O Partido Popular tomará a necessária e a devida nota desta situação e ponderaremos muito seriamente todas as nossas posições de futuro.

O Governo tem que entender que responde perante esta Assembleia. Trata do bem público. Não pode tratar das coisas desta maneira.

Se isto é mudança, meus amigos, então não contem connosco!

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente eu considero inacreditável o que se passou aqui hoje.

O PSD fez tudo o que esteve ao seu alcance, inclusivamente dando esta última oportunidade ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, para justificar a necessidade de aprovar hoje esta Resolução.

Porquê?

Porque temos uma preocupação em não entravar projectos de investimento para a Região.

Sinceramente, todas as justificações, umas atrás das outras, foram no sentido de "meter os pés pelas mãos", de falar em antigos avales, substituí-los pelos novos e ninguém foi capaz de dar aqui uma única justificação. Bastava isso.

Nós já tínhamos dito que nos íamos abster.

Este requerimento de baixa à Comissão é mais uma prova dessa oposição construtiva, porque caso contrário teriam o nosso voto contra, **claramente contra**, noutras circunstâncias quaisquer.

Eu continuo a insistir: eu não acredito que através do IAMA ou de outra instituição qualquer, o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas não venha, a curto prazo, a precisar de atribuir avales. Como também não acredito que, neste momento, não estejam em curso negociações de empréstimos externos para levar por diante a 2.<sup>a</sup> fase do projecto geotérmico.

Não é a SATA Sr. Secretário. Eu tenho a certeza, porque aí trata-se de um aval já concedido.

Também não é a EDA, porque é muito natural que queira renegociar empréstimos que estão em curso, mas para esses também não precisa de plafond líquido de aval.

Nem precisava de ser muito exaustivo, bastava ter-nos dado uma razão e nós teríamos mantido a nossa posição inicial.

Neste momento, o processo tem que ser devidamente esclarecido e remetido para Setembro e provavelmente só estará em execução no final do ano, o que é

perfeitamente lamentável e se calhar nem sequer é justificável. Ponderaremos isto também em Comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que diz respeito à apreciação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Extinção do IACAPS — Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A actual Proposta de Decreto Legislativo Regional visando a extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura, vem na sequência de uma série de iniciativas legislativas que já estão sendo aplicadas e que, ao longo dos diversos anos, vêm transferindo para as organizações de produtores e para as cooperativas, o usufruto dos bens do IACAPS.

Estes bens do IACAPS provêm da extinção dos grémios da lavoura pelo Decreto-Lei n.º 482/74, de 25 de Setembro, e visavam criar as condições para a existência do movimento cooperativo que permitisse o fornecimento dos meios de produção à lavoura nas mais diversas ilhas.

As razões da existência das funções do IACAPS extinguiram-se ao longo dos anos. O que é um facto, é que hoje em dia em quase todas as ilhas dos Açores, ou o sector privado ou o cooperativo, já asseguram essas funções, nomeadamente as funções de abastecimento à lavoura.

Pensamos que nalguns casos, e cito o caso da Ilha Terceira onde existe ainda bens do IACAPS a funcionar e estava-se perante uma concorrência à iniciativa privada, é desnecessário, porque não há risco de corte de abastecimento.

Também pensamos que o próprio movimento cooperativo, através da UNICOL também já desempenha essa função. Mesmo na Ilha Terceira não existe essa necessidade.

Outro caso onde existia algum funcionamento, na Ilha de São Jorge, nós pensamos que face à actividade do movimento cooperativo, das próprias associações e dos fornecedores privados, existem condições de continuar a assegurar com regularidade esse fornecimento.

Consideramos que a participação do movimento cooperativo nesse fornecimento também garante condições de concorrência que não permitirão — esperamos isso — uma subida de preços que penalize a lavoura.

Finalmente, queria dizer que de certa forma estamos aqui a reparar uma injustiça, ou seja, estes bens são, na maior parte dos casos, adquiridos ou construídos nas suas diversas partes com financiamento da lavoura numa organização que já não existe, ou seja, os grémios da lavoura. Nós pensamos que é de toda a justiça que revertam para a lavoura e para as lavouras que hoje existem.

Não é possível fazer revertê-los para quem os lançou e financiou porque os grémios já não existem.

Hoje em dia, a realidade organizativa da lavoura, é completamente diferente e nós pensamos que, na linha da anterior cessação de uso, revertam para as organizações actuais, fazendo isso numa base consensual, numa base de diálogo com as diversas instituições, permitindo às mesmas o reforço das suas capacidades de serviço e inclusive a sua capitalização.

Muito obrigado.

Tenho Dito.

**Presidente:** Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei na dúvida se o aparte que ia fazer deveria ser feito no início ou no fim da minha intervenção, mas julgo que será melhor colocá-lo agora.

Registo a diferença de comportamento do Secretário da Agricultura e Pescas relativamente a um documento da sua Secretaria que está aqui a ser votado e do anterior Secretário das Finanças.

Relativamente ao IACAPS, já era tempo, Sr. Secretário, de o extinguir.

Graças a Deus que o sector cooperativo e privado desta Região funcionam e bem, escusava de facto ele existir.

O Partido Popular não podia estar mais de acordo com a extinção desse organismo e por isso vai votar esta proposta favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, subscreve a proposta de alteração de redacção contida no relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Quanto à Proposta de Decreto Legislativo Regional em debate, é importante ter presente que os direitos dos bens do IACAPS, agora atribuídos de forma definitiva às estruturas representativas da lavoura, resultam do facto dos ganhos da lavoura terem sido nacionalizados por altura da "Revolução dos Cravos", criando-se um organismo de apoio comercial à agricultura, pecuária e silvicultura, dotado de autonomia financeira e administrativa dependente do Governo Regional e designado abreviadamente por IACAPS.

Tendo presente que nessa altura foram transferidos para o IACAPS os activos e passivos dos extintos grémios, bem como os saldos neles existentes e ainda a propriedade de imóveis e veículos;

Considerando-se ainda que os referidos grémios sempre foram, desde a sua fundação, organizações de agricultores e as suas infraestruturas pertenciam à agricultura e aos agricultores, dizendo a sigla IACPAS muito pouco aos agricultores e ainda menos saberão o nome que ela representa, sendo que para a lavoura o IACAPS sempre foi o seu grémio;

Por outro lado, sendo fundamental dotar as organizações representativas dos agricultores, nomeadamente as cooperativas, de meios que potenciem um sector cooperativo operante com um papel activo e directo na satisfação das necessidades dos seus associados e dar continuidade ao espírito com que foi criado o grémio da lavoura;

Por último, sendo esta Proposta de Decreto Legislativo Regional o culminar de um processo iniciado por outros e que agora parece ter o seu fim com uma cessação definitiva e gratuita dos direitos de propriedade e dos bens do IACAPS;

Sendo esta uma questão de justiça elementar, inclusivamente uma questão de moral de "devolver o seu ao seu dono";

Em face do exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário da Agricultura.

Sr. Secretário, eu verifico que na proposta que a Comissão faz em relação ao património, propõe-se que a cessação seja definitiva e gratuita, do direito de propriedade.

Se isto é claro em relação àquilo que é propriedade da Região e do IACAPS, pergunto se efectivamente todas as cedências feitas pelo IACAPS foram feitas com bens do próprio, ou com bens que não sendo sua propriedade, estavam a ser geridos e tinham sido cedidos ao IACAPS e que este, por desactivação, os transferiu para usufruto das associações agrícolas.

Esta é uma dúvida que tenho. Penso que tem alguma legitimidade e gostaria de ser esclarecido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo está efectivamente a transferir património do IACAPS.

Não sei se o Sr. Deputado Paulo Valadão tem alguma referência concreta.

Pedia-lhe que esclarecesse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tenho certezas, tenho dúvidas e daí o meu pedido de esclarecimento.

Eu não sei se a Estação da Loran nas Flores foi cedida pelo IACAPS ou pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas à Associação Agrícola, porque a Estação Loran foi utilizada durante alguns anos pelo IACAPS.

O IACAPS foi gradualmente desactivado naquela ilha e com a desactivação do IACAPS, as ex-instalações do mesmo foram transferidas para a Associação Agrícola assim como os terrenos da estação.

Portanto, não sei qual é a situação, porque se de facto foi a Secretaria Regional que transferiu para a Associação Agrícola, tudo bem, não tem nada a ver com o IACAPS. Mas se foi o IACAPS que transferiu a situação é diferente.

Penso que na Ilha de Santa Maria há uma situação que não conheço, mas pelo menos o Sr. Deputado José Maria Bairos está a dizer-me que não foi transferida pelo IACAPS.

Eu tenho dúvidas em relação a isto e estou levantando estas questões como dúvidas que tenho e só vou votar este assunto depois de estar perfeitamente consciente de qual é a situação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No caso concreto da Estação Loran das Flores, neste momento, o que eu sei é que não faz parte do património do IACAPS.

De qualquer forma registo aqui, porque existem situações onde há dúvidas uma vez que houve cedências a título gratuito, que não há registos e a determinada altura perde-se a noção de quem é que era o proprietário real de determinados bens.

Isso já sucedeu.

Posso dizer-lhe que há um caso destes em Ponta Delgada, nomeadamente com os barracões na zona do porto que arderam e não havia registo de quem era a propriedade.

Registo este caso aqui, embora lhe diga que pelo conhecimento que eu tenho e inclusive pelos esclarecimentos que procurei obter sobre o património aquando da

visita do Governo à Ilha das Flores, este caso, ou seja, a identificação como propriedade do IACAPS, não foi levantado nem pela Associação Agrícola da Ilha das Flores nem pela sua cooperativa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Estação Loran, eu não tenho dúvidas nenhuma de que ela não é propriedade do IACAPS, ela é propriedade do Estado e está a ser gerida pela Região. A minha dúvida é outra, ou seja, se o contrato de cedência foi efectuado pelo IACAPS, ou se foi efectuado pela Secretaria Regional.

Se foi efectuado pelo IACAPS, a meu ver, nós não podemos aprovar isto tal qual como está, porque o IACAPS não pode ceder a título gratuito aquilo que não é seu.

Se foi cedido pela Secretaria Regional, aí podemos, porque não tem nada a ver com o IACAPS. A situação é esta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não foi cedido pelo IACAPS. Não poderia ser, Sr. Deputado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para intervir na discussão.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para dar um contributo neste debate.

O Grupo Parlamentar do PSD vai aprovar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa a extinção do IACAPS, porque considera que é um passo terminal de longo anos de trabalho e entenda-se trabalho em duas vertentes: na primeira vertente o IACAPS desempenhou uma função fundamental assegurando o fornecimento de factores de produção ao sector agrícola em todas as ilhas e, por isso, mereceu o trabalho que desenvolveu durante todos esses anos e na segunda vertente, fruto do esforço de cooperativas e suas uniões, este mercado foi assegurado por esta

componente da iniciativa privada e hoje assegura muito bem toda esta componente da comercialização de factores de produção.

Portanto, não faz qualquer sentido manter uma estrutura do Governo a concorrer com a iniciativa privada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, porque o IACAPS há vários anos vem sendo gerido por uma comissão de extinção.

A intenção desde essa época era extinguir esse instituto. Ele foi-se esvaziando de conteúdo e neste momento podemos dizer que chegou ao estado 0 (zero), por isso mesmo a lógica e a sua consequência era a extinção deste instituto, tal como vem neste Decreto Legislativo Regional.

Vamos votar favoravelmente.

**Presidente:** Vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97, sobre extinção do IACAPS, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97, extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura, foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão sobre os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, apenas para chamar a atenção para o artigo 4.º, para o qual a Comissão apresenta uma proposta de alteração

**Presidente:** Então vamos votar estes artigos, tendo em conta a proposta de alteração que consta do parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção destes artigos, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97 foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** A redacção final deste documento fica a cargo da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Vamos passar ao ponto n.º 5, ou seja, à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/97, sobre "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de Março — Protecção de Mamíferos Marítimos no Mar Territorial e na Zona Económica Exclusiva dos Açores"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de Março — "Protecção de Mamíferos Marítimos no Mar Territorial e na Zona Económica Exclusiva dos Açores", na sua substância, tem dois objectivos:

Em primeiro lugar, uma actualização dos montantes das coimas previstas neste Decreto Legislativo Regional visando-os adequar em termos monetários, por um lado, face ao decorrer do tempo. É de relembrar que o Decreto Legislativo Regional original foi aprovado em 1982 e a alteração que estabelece essas coimas foi em 1983 — há aqui uma actualização monetária.

Por outro lado, temos que ter em atenção o efeito dissuasor destas coimas, face a eventuais prejuízos de que a Região poderia sofrer.

Lembramos que do ponto de vista económico, nomeadamente no que respeita à pesca de tunídeos, nós continuamos a exportar para determinados mercados e continuaremos a retirar mais valias para os nossos produtos quando conseguirmos exhibir nesses mercados um selo de garantia de "dolphin save", ou seja, as práticas de pesca na Região não são agressoras a estes mamíferos marítimos.

Por outro lado, pensamos que a Região está empenhada num programa de motorização em colaboração com outras entidades que visa também assegurar a manutenção desse selo e dessas mais valias.

Portanto, do ponto de vista económico, há aqui um custo de oportunidade do investimento que poderia ser posto em causa se houvesse, como já houve no passado, casos que não fossem correctamente punidos ou de certa forma dissuasivos de acontecer.

Finalmente, esta Proposta do ponto de vista de substância, faz uma alteração às entidades que têm competência fiscalizadora, nomeadamente para além das autoridades policiais (a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana) que estão previstas na Lei e que não estavam contempladas, as autoridades marítimas, a Direcção Regional das Pescas e os Serviços de Fiscalização Económica.

Tenho dito.

**Presidente:** Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

**Deputado Norberto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista considera que os interesses em causa são demasiado importantes para a Região e não devem ser tratados da forma como estão sendo.

O interesse económico da Região tem que ser salvaguardado, porque estão envolvidas muitas famílias.

O interesse económico da Região neste sector, ou seja, a pesca do atum que se relaciona directamente com a protecção dos mamíferos marítimos, envolve não só elevado número de pescadores, mas também e sobretudo, elevado número de trabalhadores das fábricas de transformação do pescado.

Ao pormos em risco ou a haver a possibilidade de que alguém com um hábito menos pensado pudesse pôr em risco as várias dezenas de milhares de contos que anualmente a Região utiliza no programa de motorização do selo de garantia de que não se utilizam ou não se põe em risco os mamíferos marítimos na pesca do atum, seria demasiado arriscado.

É bem verdade que criar coimas e penalizações é sempre desagradável. Estamos conscientes disso. Ninguém tem qualquer pretensão de penalizar os outros, mas os interesses que estão em causa são demasiado importantes para que um só indivíduo possa pô-los em risco.

Por essa razão, o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência desta Proposta de Decreto Legislativo Regional e da intervenção do Sr. Secretário, é óbvio que o Partido Social Democrata comunga das mesmas preocupações que foram aqui referidas pelo Sr. Secretário, ou seja, da intenção ao apresentar esta proposta de alteração, de garantir de uma forma eficaz a protecção dos mamíferos marítimos.

No entanto, há uma questão em que eu não queria nem podia deixar de fazer aqui o meu reparo, uma chamada de atenção e simultaneamente questionar o Sr. Secretário por uma razão.

Comprendemos perfeitamente que esse aumento significativo do montante mínimo da coima tenha um efeito dissuasor para quem eventualmente pretenda praticar actos desta natureza que todos nós condenamos.

No entanto, o meu reparo vai relativamente ao montante máximo da coima.

Na minha perspectiva, as coimas são aplicadas pelas entidades administrativas das quais poderá haver discricionariedade para os tribunais.

O que nós vemos e é prática corrente, é que a coima muitas vezes tem uma amplitude grande, entre o limite mínimo e o limite máximo, para o acto em si. Aí, ter-se-á em conta a culpa, a razão de ser, o estado da necessidade, etc..

Aqui não, aplica-se um montante que na nossa opinião parece-nos exagerado relativamente ao limite máximo, porque é aplicado por cada animal. O acto em si, quer uma pessoa pesque um ou pesque três, é uma contra-ordenação.

Com este diploma, nós não pretendemos isso.

A penalização não é feita pela contra-ordenação em si, mas sim em função da quantidade de animais que são objecto do mesmo acto que é a contra-ordenação.

Na nossa perspectiva, por muito boa vontade que haja a quem tem competência para aplicar as coimas, poderá haver discricionariedade em aplicar os duzentos contos ou os 500 contos por cada animal que é apanhado.

Se a coima aqui prevista fosse pelo acto em si em função da quantidade, até éramos capazes de aplaudir e apoiar, fosse 200 ou 1000 contos. Compreendemos que os 200 contos é o limite mínimo e é fundamental para o efeito dissuasor.

Porém, o limite máximo parece-nos francamente exagerado em função não do acto, mas sim do animal, ou seja, tendo em conta a quantidade e não o acto em si. Por outro lado, embora haja a possibilidade de recurso para os tribunais com os custos que isso acarreta, permite às autoridades administrativas de uma forma discricionária aplicar uma coima de 200 contos a um pescador que **apanha peixe**, como aplicar 500 contos a um pescador que **apanha um peixe**.

Portanto, na nossa perspectiva, podemos perguntar simultaneamente qual a razão de ser, porque estes 500 contos não aparecem aqui por acaso, dessa discrepância em que excede no dobro o limite mínimo de prever aqui como coima máxima os 500 contos. É essa a razão de ser da nossa intervenção.

Entendemos que não é só com as coimas que se procura evitar situações dessas, há uma função pedagógica a fazer junto dos trabalhadores, mas isso vai aplicar-se naturalmente a pessoas de um estrato social e cultural mais baixo.

A nossa preocupação é em função do animal e da discricionariedade que se atribui à administração para aplicar esse tipo de coimas com essa abrangência, entre o limite mínimo e o limite máximo, ser uma amplitude muito elevada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Nós vamos votar favoravelmente este Decreto Legislativo Regional, porque compreendemos que se procuram aplicar sanções bastante elevadas àqueles que venham a ser encontrados ou detectados pelas autoridades como apanhadores de

mamíferos marinhos referidos no Decreto aprovado anteriormente, concretamente os conhecidos golfinhos ou toninhas.

Todos compreendemos, dada toda a situação que foi aqui analisada, que é necessário haver penas severas em relação a todo este problema, até pelas implicações que daí podem provir e que todos conhecemos, uma vez que já foram várias vezes referidas aqui.

Verificamos que a filosofia aqui usada em relação às coimas aplicadas é a mesma que era usada anteriormente em relação às multas.

Já nessa altura, mais concretamente em 83, o Decreto aplicava uma multa por cada exemplar. Foi esta a filosofia que se optou e que, na nossa opinião, poderá ter alguma razão de ser, na medida em que é altamente desincentivador. Ninguém vai praticar a pesca de um mamífero marinho sabendo aquilo que lhe pode vir a acontecer.

Nós pensamos que tem que haver muita atenção em relação à fiscalização que é feita, porque um dos grandes problemas em relação a esta matéria, tem sido a possibilidade de diversas entidades lançarem a suspeição de que se faz e isso, na minha opinião, tem a ver com possibilidade disso mesmo, de modo malévolo, insinuarem que não se faz qualquer fiscalização.

Eu penso que, independentemente das coimas que se vão aplicar, o fundamental é que as autoridades pudessem garantir que a sua fiscalização é eficaz, severa e leva de facto a poder concluir-se que estes factos não se passam nesta Região. Penso que isto é que é fundamental.

A nossa grande preocupação vai para a fiscalização que deve ser feita e para a credibilização que a mesma tem que ter.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efectivamente, a filosofia em relação à aplicação das sanções, é exactamente a mesma que já vinha sendo seguida, ou seja, as coimas são por exemplar.

Na minha opinião, do ponto de vista económico, faz todo o sentido, porque por um lado basta um exemplar para prejudicar as actividades económicas e, em segundo

lugar, ao não estabelecer por exemplar, também permitiria aqui uma discricionariedade.

Basta fazer as contas: a partir de 5 exemplares, passaria a ser convidativo pagar a coima mesmo que fosse detectada.

No que respeita à gradação dos montantes, eu posso dizer-lhe que a filosofia é semelhante, há aqui um ligeiro agravamento.

Primeiro a coima era de 10 e 20 contos, ou seja, havia o aumento duplicativo, neste caso em vez de ser 400 nós passámos para 500 contos.

Aliás, aquando da discussão na Comissão, não foram levantadas dúvidas à coima máxima.

Os seus argumentos poderão ter razão de ser em termos de princípios do comportamento efectivo e do efeito que pretendemos daqui retirar, não colhem.

Em relação ao valor mínimo, mais uma vez eu concordo com o que foi aqui afirmado. Havia um défice de fiscalização.

Eu não posso afirmar aqui com consciência plena de que esse défice de fiscalização vai ser resolvido a 100% só porque mudou o responsável desta pasta, ou porque mudou o Governo. Não posso assumir isso, porque estas coisas levam tempo, é preciso organizar, mudar, etc..

No entanto, posso assumir que esse esforço de fiscalização vai aumentar e para além do esforço de fiscalização, vamos ter aqui uma actuação didáctica que penso que deve ser feita.

Nós estamos a falar de comunidades nalguns casos pobres e noutros casos de indivíduos que se sentem tentados a cometer esta infracção porque estão com dificuldades económicas. Aqui, também temos a percepção de que há o outro lado, não há só o lado punitivo que temos que aplicar, mas há também o lado fiscalizador e o lado didáctico, pedagógico de ir informando. Pensamos que isso deve ser feito.

O montante, face ao défice existente no passado e às estruturas que agora dispomos para fiscalização, permite um outro efeito, ou seja, basta um caso de punição para que imediatamente, em termos das informações (sejamos claros), circule nas comunidades piscatórias e tenha um efeito dissuasor enorme. É sobre este ponto de vista que temos que aplicar, porque senão não vale a pena estarmos a estabelecer as

coimas. Não vamos estabelecer coimas, porque a entidade que as aplica pretende cobrar receitas, mas sim para que haja um efeito dissuasor.

Se esse efeito dissuasor, à partida, for potenciado, pensamos que beneficia a Região e beneficiam também as comunidades piscatórias que são envolvidas por esta medida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular está de acordo com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e agradeço ao Sr. Secretário aquilo que disse agora no fim da sua intervenção.

É evidente e todos nós temos noção que a pesca clandestina de algumas das espécies aqui colocadas, resulta de duas situações, ou do facto do golfinho ser um competidor natural para os nossos pescadores, e é efectivamente, ou então no caso de necessidade.

Porém, não nos podemos esquecer (e o Sr. Deputado Manuel Serpa falou nisso hoje e eu até compreendo devido ao problema da situação persecutória) que o facto de apanharmos atum no regime de salto e vara, tem permitido em certos mercados — e eu tenho conhecimento do mercado americano — que possamos levar uma chancela do "dolphin free".

Isso permite um valor acrescentado e já representa uma parcela substancial da exportação dos nossos atuns.

As pessoas têm que entender que por muito boa que seja a razão e eu compreendo-a, o mercado valoriza o aspecto da não apanha dos mamíferos. Por isso a coima faz sentido, mesmo que seja elevada, mais para o seu efeito dissuasor do que para qualquer outra coisa, isto é, para assustar. Isto não invalida que os problemas que existem, mais do que a própria fiscalização, acção pedagógica e inclusivamente aqueles que resultam num caso de necessidade absoluta, tenham que ser abordados, mas por outras razões, ou seja, evitar que as pessoas tenham necessidade de fazer isso. É essa tal explicação que eles muitas vezes conseguem vender fora, mas na realidade, se aprendemos algumas coisas há uns anos atrás com uma célebre reportagem de televisão e mais tarde com um artigo que foi feito por uma revista

alemã, tudo isso ia tendo um efeito demolidor na nossa indústria de pescado de atum. É bom que tenhamos essa noção.

De repente, para acudir à necessidade de uma pessoa ou de outra — e eu até compreendo e já foi uma vez colocado por Santo Agostinho — de um chefe de família que está a passar fome, porque não tem dinheiro, se apanhar um animal, embora esteja proibido, para dar de comer à sua família, não é moralmente sustentável julgar a pessoa.

Porém, as pessoas têm que entender que não é essa a solução. Temos que meter a mão na nossa consciência e ver se as nossas organizações governamentais e sociais estão a acudir às necessidades e aos objectivos daquela pessoa.

É fundamental, Sr. Deputado, ser uma coima elevada, que tenha um efeito dissuasor enorme, acompanhado por acções de pedagogia junto das populações que vivem da pesca, porque não podemos fazer isso sob pena de perdemos certos e determinados tipos de circuitos de venda de peixe.

É essa a razão pela qual nós estamos de acordo com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD concorda com a actualização das coimas.

Há aqui, e como o Sr. Secretário disse, uma actualização que tem por efeitos a desvalorização da moeda por um lado e por outro um efeito dissuasor, sobretudo tendo em consideração a imagem de produtos produzidos na Região com vista à exportação.

Em 1983, a aprovação deste diploma foi feita por razões de natureza económica. Na altura, não era a pesca do atum, mas foi por uma outra razão que também tinha a ver com questões de natureza económica tal como esta.

Contudo, como aqui já foi referido, de certa forma, nós não estamos plenamente de acordo com os valores em si relativamente ao montante máximo, e o meu colega de bancada já referiu isso, e ao valor mínimo que também foi referido em Comissão e originou uma questão pormenorizada sobre este assunto.

Quisêmo-lo fazer em sede de Comissão, porque dado o melindre da situação, há questões que não queríamos trazer para aqui e discutimo-las lá para sabermos qual a perspectiva que o Governo tinha em vir a reduzir as coimas, porque tal como aqui já foi dito, na verdade há pescadores que poderão vir a ser tentados, mas vamos fazer tudo para que isso não venha a acontecer e o Governo certamente estará na disposição, porque isso trará prejuízos para a economia.

Contudo, receamos que isso a vir a acontecer, sobretudo sobre camadas de pessoas com condições económicas mais desfavorecidas, que depois lhes venha a criar problemas para o pagamento da multa.

Para que não restem quaisquer dúvidas sobre esta matéria, não nesta Casa mas no exterior, nós não levantamos questão e vamos votar favoravelmente a proposta tal como ela foi apresentada pelo Governo.

No entanto, gostaríamos de realçar aqui um aspecto que já foi referido, quer pelo Sr. Secretário, quer por outras intervenções, ou seja, a questão da necessidade da educação ambiental.

Seria importante Sr. Secretário, sobretudo nestas comunidades, nestes portos, nos portos onde se verificou uma antiga tradição, iniciar desde já acções de esclarecimento que tenham sobretudo a explicação da verdade e julgo que há condições para se poder explicar porque é que é proibido.

Nós não conseguimos convencer os pescadores que é proibido apanhar por uma questão de conservação da natureza. Que se explique a verdade. Esta é uma sugestão que o PSD faz para ver se os nossos pescadores percebem de facto que estão em causa eles próprios ou alguém da sua família que pode vir a ser prejudicado e que pela questão da conservação da natureza, não é fácil eles perceberem.

Que se explique claramente que está aqui em causa uma questão de natureza económica.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para uma palavra final.

No que respeita a potenciais impactos sociais de classes mais reduzidas, a nossa concepção é que não são instrumentos destes que cumprem objectivos sociais. Para isso existem medidas sociais, o rendimento mínimo garantido, o apoio às comunidades piscatórias que aliás foi concedido durante o período das calamidades de Dezembro, etc.. Essas são medidas dirigidas para objectivos sociais, mas esta não. Pensamos que os instrumentos devem ser adequados aos objectivos e neste caso estamos a prosseguir os objectivos que são de natureza económica e de natureza ambiental.

Finalmente, no que respeita à pedagogia, eu já disse aqui ontem na discussão que se gerou sobre as leivas e volto a reafirmá-lo, que nós pensamos que determinadas questões são demasiado importantes para que nós tomemos atitudes meramente sancionatórias ou de aplicação de coimas ou de multas. Não temos essa concepção de governar nem de Estado.

Por um lado, temos uma preocupação social, porque sabemos que determinadas classes, determinadas actividades são exercidas por pessoas que têm grandes dificuldades económicas. Aí termos de criar condições ao nível social para que haja alternativas de actividade ou em termos de apoio social ou do Estado.

Por outro lado, também sabemos que o grau de educação e de formação, neste caso concreto, dos nossos pescadores, nalguns casos não é muito elevado. Por isso prevemos ao nível do plano de formação da Secretaria das Pescas e também na área de sensibilização ambiental, acções que visem o esclarecimento e a divulgação da informação junto dessas comunidades.

Esta actuação tripartida em três frentes é essencial. Ninguém quer aplicar uma coima de 500 contos a alguém que esteja em situação económica extremamente desvantajosa. Não é essa a intenção.

Porém, não podemos prejudicar os interesses da Região por preocupações sociais. Vamos resolvê-los no seu devido campo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas palavras para complementarizar aquilo que se tem vindo a dizer.

Eu estou perfeitamente de acordo que o Governo tome medidas, eu não quero dizer drásticas, mas de fundo, que visem de uma vez por todas deixar clara a posição dos Açores face ao panorama interno e internacional.

Todos nós sabemos como correu rapidamente meio mundo a reportagem dos golfinhos, a importância que a mesma teve do ponto de vista negativo e o trabalho que deu a todos nós e a alguns da área do jornalismo, fazer provar o contrário do ponto de vista internacional.

Hoje, não há matéria para ficarmos com dúvidas.

Eu gostaria de concordar com tudo aquilo que foi dito de uma forma geral e gostaria de acrescentar que, por uma lado, em relação aos golfinhos, não há uma atitude que não tenha a ver com a nossa própria postura cultural e a nossa herança do passado.

Também o futuro tem a ver com o turismo e os nossos factores económicos têm de alguma forma sublinhada essa vertente cultural.

Eu pedi a palavra apenas para acrescentar um pormenor, porque estamos a ver, do ponto de vista da pesca do atum, a influência que teve nos Estados Unidos — e aqueles que estão mais ligados à pesca em San Diego sabem isso — e os efeitos nefastos em relação à venda do atum.

No entanto, gostaria de chamar atenção para o nosso turismo, a nossa visão ambientalista, e a nossa vertente cultural.

Nós não podemos continuar a deixar matar os golfinhos — entre aspas — e ao mesmo tempo tentar vender — também entre aspas — o "Whale Watching".

Das duas uma: se não tomarmos medidas queimamos economicamente dois aspectos: o atum e as suas exportações, as conserveiras, toda a matéria relacionada com a área económica e específica dos pescadores; por outro lado, matamos uma indústria de renovação do fim da caça à baleia que tem a ver com o "Whale Watching" que é um santuário das baleias e da beleza dos mares.

Venham ver!

Vamos trazer cientistas!

Vamos chamar gente para ver e sentir o turismo que tem uma vertente cultural.

Na minha opinião, não pode haver dúvidas. É necessário tomar medidas de fundo, concretas, dissuasoras que evitem tibiezas de qualquer forma.

Por outro lado, chamo também a atenção — o responsável pela Secretaria da Educação e Cultura não está — para que nas escolas, e isso já se faz de alguma forma, os jovens tenham uma noção consciente da nossa vivência ambiental.

Outro problema é que o Verão está a chegar e há pescadores com uma tradição, também ela cultural, portanto essa medida não pode ser tão rápida sem um esclarecimento activo e preciso para que também não sejam apanhados de surpresa.

**Pedagogia e esclarecimento**, rápido, porque não estamos no Inverno, estamos em pleno Verão, para que a imagem dos Açores possa prevalecer a mais límpida possível aos olhos do mundo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções considera-se encerrado o debate na generalidade.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/97, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão sobre o Artigo Único que altera a redacção dos artigos 5.º e 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Artigo Único foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção deste diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** A redacção final fica a cargo da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Neste momento já ultrapassámos a nossa hora regimental por isso gostaria de ter uma conversa rápida aqui na Mesa com os membros da Conferência de Líderes.

Agradeço aos Srs. Deputados que aguardem.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, ficou resolvido que continuaremos os nosso trabalhos com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/97 — "Desafecção do terreno do núcleo florestal da Silveira do Pico para a instalação de uma zona industrial ligeira"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos perante um processo normal nesta Casa, ou seja, "Desafecção do terreno do núcleo florestal da Silveira do Pico para a instalação de uma zona industrial ligeira".

O terreno em causa é propriedade da Câmara Municipal das Lajes do Pico e, porque tem que ser afectado a esta actividade, é necessário para a desafecção do regime florestal a anuência desta Casa.

Estamos perante um procedimento que é simples e que se justifica por razões claras de natureza económica e de desenvolvimento da Ilha do Pico.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A justificação deste pedido da Câmara Municipal das Lajes do Pico tem a ver também, além das informações prestadas pelo Sr. Secretário Regional, com o enquadramento que a Vila da Lajes tem no contexto da reserva agrícola regional. Isto quer dizer que a actual zona industrial da Vila das Lajes do Pico, encontra-se

completamente esgotada, mas esbarra no seu crescimento com o começo da zona de reserva agrícola, por isso é criada esta nova zona de indústria ligeira porque só assim se poderia compreender que amanhã não apareçam neste local outro tipo de indústrias, porque logo ao lado está previsto um campo de golfe.

A incompatibilidade natural entre estas duas situações poderia prejudicar ou uma ou outra situação.

Só este pequeno reparo. Quanto ao resto o nosso aval a esta medida pedida pela Câmara Municipal da Lajes do Pico e aqui trazida pelo Governo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na medida em que a localização da zona industrial que neste momento, tecnicamente não é zona industrial ligeira, mas zona industrial simplesmente do Concelho das Lajes do Pico, é objecto de consenso, quer seja entre a autarquia, a equipa que está a elaborar o Plano Director Municipal e a própria Comissão Técnica.

E este consenso porquê?

Porque atendendo a alguns argumentos aduzidos pelo meu colega Rui Pedro Ávila em relação à implementação de algumas estruturas desta natureza, essa localização não será correcta.

Por outro lado, atendendo à topografia do concelho e à própria centralidade do local, é das poucas áreas que tem alguma facilidade em termos de acessibilidade, rede de energia e de água.

Também ao que conhecemos do PDM, estão salvaguardados os interesses turísticos e ambientais, pois existirá um espaço para zonas verdes enquadradoras da zona industrial no espaço que a envolve.

Com este facto, dá-se mais um passo para que se permita que se dê início a importantes projectos, quer sejam para o Concelho das Lajes do Pico, quer sejam

para a Ilha, como seja a instalação da Fábrica de Lacticínios da Lacto-Pico, em terrenos que já foram cedidos gratuitamente pela Câmara Municipal das Lajes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/97, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1.º, 2.º e 3.º, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** Os artigos 1.º, 2.º e 3.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção deste diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** A Comissão de Economia, Finanças e Plano fica encarregue da respectiva redacção final.

Vamos passar ao ponto seguinte, que é uma proposta semelhante, ou seja, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/97 — "Desafecção do terreno do núcleo florestal do Mistério de São João para a instalação do aterro sanitário da Ilha do Pico"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional visando a "Desafecção do terreno do núcleo florestal do Mistério de São João", justifica-se plenamente, porque poderá corresponder a um projecto que consideramos fundamental para a Ilha do Pico, ou seja, a implantação do aterro sanitário inter-municipal.

Pensamos que é um contributo necessário, muito válido para a defesa do património e da qualidade de vida da Ilha do Pico.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na medida em que este acto marca mais um importante passo no processo de instalação do aterro sanitário da Ilha do Pico, permitindo-se assim que, a breve trecho, seja possível encerrar, selar e recuperar ambientalmente as actuais lixeiras a céu aberto.

De facto, foi o excelente relacionamento pessoal e institucional dos actuais autarcas picoenses que permitiu chegar a este momento, estando a localização do aterro definida em função de estudos técnicos e do projecto que a então Secretaria Regional do Turismo e Ambiente ofereceu às Câmaras picoenses, já estando também a sua própria localização enquadrada nos PDM's da Ilha do Pico, do concelho respectivo.

Encontra-se em fase de adjudicação o projecto, no âmbito da Associação de Municípios da Ilha do Pico que está em constituição e aguarda-se que exista a possibilidade de acesso ao fundo de coesão para a execução da obra já que devido aos plafonds do PEDRAA II e às exigências financeiras das obras imprescindíveis inadiáveis de saneamento básico e rede viária, só assim será possível dar execução a tão importante e significativo empreendimento para as populações picoenses.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/97, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/97, foi aprovada, na especialidade, por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção deste diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fora a referência feita pelo Sr. Deputado Duarte Freitas ao entendimento de autarcas numa nova geração que teriam permitido a não realização deste empreendimento que ainda não está realizado, mas uma localização tantas vezes impugnada, tantas lutas empreendeu a freguesia de São João do Pico, tantas lutas empreenderam escribas naturais daquela freguesia e residentes nesta cidade contra a localização do aterro sanitário junto do parque florestal de São João, eu não me teria levantado agora para dar o sentido do nosso voto.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não posso deixar passar quantas vezes os que hoje estão aqui a falar desta bancada teriam sido quase "crucificados" naquele adro. por quem naquela altura detinha funções governativas na área do turismo e do ambiente.

Os tempos mudam, os processos mudam.

É preciso que façam as coisas e que a ilha, coitada — que não tem culpa de muitas vezes serem mal interpretados aqueles que defendem situações concretas — pelo menos por agora não seja mais massacrada nestas coisas, porque a situação que hoje é escolhida mediante um processo claro, bem feito, bem construído e bem levado a seu termo pelas actuais edilidades do Pico, é bom que se diga a verdade, também não tinha sido mais mal feito no anterior, mas sim mais mal acompanhado pelo Governo Regional, porque nesta Casa disse-se muitas vezes "decidam o local porque o projecto eu já o paguei".

Chegou-se à conclusão de que se o processo já estava pago não existia e se existia não servia para o local, porque não se concebe como é que um projecto de um aterro controlado hoje, serve para qualquer local. Se servisse para qualquer local, se é verdade que no 1.º ano do mandato das actuais autarquias do Pico foi definido o local, então ainda hoje estamos nesta fase do processo do aterro sanitário controlado na Ilha do Pico, porque alguma coisa não estava bem nesse processo todo.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Eugénio Leal pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Utilizo esta figura regimental, porque logicamente o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila referiu-se, embora indirectamente, à minha pessoa quando exerci as funções de Secretário Regional do Turismo e Ambiente e na qual, durante esse período, desde o início do mandato, uma das prioridades que coloquei foi o problema da resolução dos resíduos sólidos.

Felizmente que hoje praticamente em todas as ilhas este assunto se não está resolvido está em vias de resolução. Também na Ilha do Pico, felizmente que com o que acabámos de aprovar e que resulta, como foi dito aqui pelo meu colega de bancada Deputado Duarte Nuno, do bom entendimento que nos últimos anos houve entre os autarcas da Ilha do Pico.

Não recordo exactamente o ano, mas penso que em 1990, foi feito, por parte da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, um estudo sobre as possíveis localizações do aterro sanitário.

Aquele local que foi escolhido como prioritário — o Sr. Deputado Rui Ávila recorda-se muito bem — o então Presidente da Câmara, entendeu, depois de reuniões que fez com a população, que não deveria avançar naquele sítio. Não por razões de natureza técnica, mas por razões que tinham a ver com a vontade da população dessa freguesia e que o Sr. Presidente da Câmara de então não conseguiu demonstrar-lhes o contrário.

O processo voltou de novo à fase inicial.

Foi então, neste último mandato dos autarcas do PSD, que de facto foi tomada essa decisão e que felizmente souberam ultrapassar todas as dificuldades que na altura, após as eleições de 1989, quando os três concelhos da Ilha do Pico eram geridos por socialistas, se dizia que todos os problemas iam ser resolvidos, inclusivamente o aterro sanitário e que não foi. Agora está em vias de resolução através da adjudicação do projecto como aqui foi referido.

Eu queria deixar aqui claramente dito que, enquanto Secretário Regional do Turismo e Ambiente, sempre pugnei, diligenciei e dinamizei os presidentes das câmaras, fossem de que cor fossem, de várias ilhas desta Região para resolver este problema.

Digo-lhe mais Sr. Deputado, sobre esse assunto, até tomei a liberdade de dizer uma vez, depois de uma reunião, que deveriam ser revistos os apoios a conceder na área do turismo a concelhos que ainda não tivessem resolvidos os seus problemas dos aterros sanitários, como ainda na semana passada vi na Ilha das Flores, uma ilha com grande potencial turístico e uma das mais belas desta Região, ainda continuam a existir lixeiras a céu aberto.

Pugnei na altura e julgo que o Governo actual também pugnará, mas a verdade tem que ser dita. Se este assunto não foi resolvido na Ilha do Pico mais cedo, tem logicamente a ver com a gestão dos anteriores presidentes das Câmaras e não com a situação na Secretaria Regional do Turismo e Ambiente da qual, com muita honra, durante 7 anos fui responsável.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma réplica, suponho, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só quero dizer que eu não belisquei minimamente a honra...

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sr. Deputado, isso é uma apreciação que fica a cargo do próprio deputado.

Se deseja replicar...

**O Orador:** Era só replicar.

**Presidente:** Então faça favor.

**O Orador:** Muito obrigado.

Eu não quero entrar em nenhum conflito regimental, Sr. Presidente.

**Presidente:** Um momento, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para interpelar a Mesa.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu gostaria de saber, ao abrigo de que disposição regimental o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila?

**Presidente:** A disposição regimental de momento não a encontro, mas ela existe de facto.

*(Pausa)*

Sr. Deputado, para não estarmos a perder tempo, existe realmente uma disposição regimental que permite que alguém que tenha se sentido ofendido tenha três minutos para defesa da sua honra e consideração.

Depois quem tenha sido o autor da ofensa se desejar também pode replicar por três minutos.

De momento não encontro o número da disposição regimental, mas ela existe.

Com esse entendimento, se o Sr. Deputado se considera satisfeito...

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, não pondo em causa a sua palavra, não estou satisfeito, porque não sei qual é o artigo do Regimento que prevê isso.

**Presidente:** De momento não encontro o número da disposição regimental.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, eu tenho a ideia de que o uso da palavra da parte da pessoa que ofendeu a honra de outrem, só pode ser feito quando essa pessoa for atingida.

*(Pausa)*

**Presidente:** Sr. Deputado, é o artigo 99.º, n.º 2 e diz o seguinte:

"O autor das expressões consideradas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos".

Nesse caso, com base neste artigo, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para não perturbar a continuação dos trabalhos, não é essa a minha intenção, queria deixar aqui vincadas posições que na altura assumimos e que mantemos hoje.

Para esclarecer em resposta à argumentação aqui aduzida pelo Sr. Deputado Eugénio Leal, gostaria de dizer o seguinte:

Para os menos avisados ou menos conhecedores nesta Casa do que é a Ilha do Pico, aquilo que existia na altura em relação àquilo que o Sr. Deputado Eugénio Leal, na altura Secretário, aqui disse, era noutro local.

Aquilo tudo que ele aqui quis transmitir, que o processo estava pronto e voltou à estaca zero, era noutro local — nessa altura o Eng. Castelo Branco dizia que era o melhor local — e o estudo agora que apontou para este diz que o melhor local é em São João e que o da Praínha do Norte era o mais inviável.

Portanto, dúvidas houve sempre e agora não fiquem uns como sendo cordeiros e outros os lobos.

Eu aqui não quero ser nem cordeiro, nem lobo, mas sim deputado da minha ilha.

**Presidente:** O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A minha declaração de voto está um pouco condicionada pelo que acabou de se passar, mas gostaria de justificar mais uma vez o voto favorável do PSD a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e dar mais um pequeno esclarecimento.

Por aquilo que me recordo do tempo em que o Sr. Deputado Eugénio Leal era Secretário do Turismo e Ambiente Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, o primeiro estudo apontava três possíveis locais para a implantação do aterro sanitário.

Este estudo que foi feito agora indica vários locais e dá como prioridade n.º 1 São João e n.º 2 à Praínha. Um estudo e outro não estão em contraposição.

Isto quer dizer que a prioridade n.º 1 foi dada a São João. É lá que vai ser feito e mais uma vez por boa acção dos autarcas picoenses foi feita uma sensibilização pela positiva à população, com sessões de esclarecimento, com viagens a outras zonas onde há aterros, para que tudo corresse conforme estava previsto.

Agora, aguarda-se a adjudicação e que haja disponibilização de verbas de fundos que não o PEDRAA II já que as autarquias picoenses hoje têm que fazer obras que deveriam ter sido feitas com verba do PEDRAA I e que as Câmaras Socialista não souberam aproveitar.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não apoiado!

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não íamos fazer declaração de voto, mas agora tenho que fazer, porque para ser rigorosamente com fontes de financiamento havia uma coisa chamada **fundo de coesão** que não foi utilizada nesta Região durante muitos e muitos anos e era da vossa responsabilidade.

Temos vindo a gastar verbas do PEDRAA I e aliás, na situação referida ontem pelo vosso líder partidário num debate, na minha frente e na frente do Sr. Deputado Fernando Menezes, ele reconheceu que achava incompreensível que nesta Região nunca se tivesse recorrido às verbas do fundo de coesão. É lá que está o dinheiro para pagar os aterros sanitários.

Até agora ia tudo bem. Porém, utilizar este tipo de argumentação é que não pode ser e essa responsabilidade meus amigos é do Partido Social Democrata e, já agora, porque é que nunca utilizaram os dinheiros do fundo de coesão que já estão

disponíveis há tanto tempo e com esses, sim, ter-se-ia resolvido este problema e deixado o dinheiro do PEDRAA para outras coisas muito mais necessárias?

**Presidente:** Não havendo mais declarações de voto, chamo a atenção da Comissão de Economia, Finanças e Plano para a redacção final do diploma.

Vamos passar ao ponto seguinte, ou seja, à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/97, "Extinção do SAFIN — Sistema de Apoio Financeiro à Habitação.**

Está aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao trazermos aqui esta Proposta de extinção do Decreto Legislativo Regional n.º 7/95/A, pretendemos dar maior justiça ao sistema, uma vez que a Região Autónoma dos Açores comparticipa no crédito à habitação e aos juros bonificados em montantes bastante elevados.

Basta recordar que nós este ano inscrevemos uma verba de 667 mil contos para contribuir para o acesso ao crédito bonificado, quer para jovens quer para o crédito em geral. Conjuntamente as taxas de habitação têm vindo progressivamente a baixar. Por outro lado, gostaria de dizer que esta proposta de revogação do Decreto Legislativo Regional do SAFIN, não prejudica nenhum dos actuais beneficiados que estão no sistema e que, tanto na teórica como na prática, podem continuar nesse mesmo sistema até ao ano 2004. Basta para isso que façam prova dos seus rendimentos ano a ano, como impõe este diploma regional.

Por outro lado, gostaria de dizer que a revogação do SAFIN vai impedir uma duplicação da bonificações na maior parte dos casos, ou em muitos casos, para pessoas que têm rendimentos que podem aceder ao crédito à habitação.

De acordo com a política deste Governo, que foi aprovada nesta Casa, nós temos necessidade de reafectar estas verbas aos programas de realojamento e aos programas da habitação degradada, dando resposta àqueles para quem a banca é insuportável face aos seus rendimentos.

É por isso que trazemos a esta Casa, não só com coragem como também dando seguimento a uma intenção que eu reconheço que já seria do anterior Governo, uma vez que a bonificação para o crédito à habitação existe e o Orçamento Regional já comparticipa com uma verba muito significativa para a maior parte dos cidadãos que recorrem à banca nesta Região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

**Deputado Norberto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista na apreciação e no esforço de conseguir um documento que efectivamente salvaguardasse os direitos adquiridos por todos os beneficiários deste projecto de apoio à aquisição de casa própria ou à melhoria das condições de habitabilidade dos açorianos, elaborou, ao longo do processo de extinção do SAFIN, algumas alterações às propostas que então foram sendo apresentadas.

Apresentou essas propostas por considerar que era inquestionável ou que tinha que ficar claramente dito que todos os direitos adquiridos na vigência do actual diploma seriam salvaguardados, porque consideramos que os direitos e os compromissos que as pessoas adquiriram face aos seus projectos de vida, devem ser honrados por este Governo como pessoa de bem que é.

Devem ser honrados, porque devem permitir que as pessoas possam fazer os seus projectos de vida e saber exactamente com aquilo que contam, desde que cumpram os requisitos previstos na lei.

Daí que o Partido Socialista tenha apresentado em sede de Comissão uma proposta de alteração à redacção que nos era apresentada e, posteriormente, face aos pareceres que entretanto recolheu junto de peritos na matéria, tenha feito através do seu Grupo Parlamentar uma proposta de redacção nova que permita num único artigo salvaguardar todas as situações de transição deste processo de apoio à habitação.

Assim, o Partido Socialista vai votar favoravelmente a redacção que apresentou a este plenário para os artigos 2.º e 3.º, por considerar que ficam assim mais claras todas as situações vigentes que se vão manter em vigor por mais 7 anos para todos aqueles que tenham direito aos benefícios que o SAFIN prevê.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos:

Nós consideramos que esta medida é uma medida avulsa, porque aquando da discussão do Programa do Governo, foi prometido pelo actual Governo apresentar aqui um novo plano de habitação.

Recordo-me que na altura disse que já havia um e o Sr. Presidente do Governo fez um gesto com a mão de que era para rasgar e pôr fora e ficámos a aguardar que a todo o momento aparecesse um novo Plano de Habitação e então esta medida tomada no âmbito do novo Plano de Habitação, era enquadrável dentro desse Programa novo que o Governo tem.

Porém, nesta forma, sem apresentar alternativas, não nos parece que seja o tempo oportuno.

Não está em causa Sr. Secretário, as razões que estiveram subjacentes à extinção do SAFIN, até porque como o Sr. sabe, era intenção do Governo anterior reformular isto, porque já havia uma dupla bonificação no sentido de vir ajudar as pessoas dos Açores a minimizar os custos da construção de habitação na Região, já que ela representa mais 20% do que acontece no Continente.

Neste momento, fora do contexto, fora dum plano, esta medida, relativamente ao plano anterior, vem amputá-lo e tornar aquele plano que o Deputado do Partido Socialista à Assembleia da República Eurico Figueredo, considerou o melhor plano de habitação do país.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Habitação:

Em relação aos problemas da habitação, o Governo Regional tem afirmado por diversas vezes, a necessidade de se estabelecer prioridades e ainda há pouco o Sr. Secretário referia a necessidade de realojamento e de maior apoio à habitação degradada.

Na nossa opinião, há duas áreas da habitação onde o esforço tem que ser grande e é no entendimento do reforço desses programas que nós vamos votar favoravelmente esta proposta de extinção do SAFIN.

De qualquer modo, pensamos que seria urgente que toda a legislação sobre habitação fosse reformulada, no sentido de efectivamente podermos aumentar o âmbito dos apoios à habitação degradada e poder-se levar o realojamento até às últimas consequências, porque efectivamente — aliás esta é matéria que no primeiro dia dos nossos trabalhos deste período legislativo aqui levantei — há situações complicadas e difíceis que ou são atendidas em tempo útil, ou vamos lançar um maior número de famílias para a exclusão social e isso tem a ver com a habitação e com o modo como essas famílias vivem.

Por isso mesmo, pensamos que estes problemas de realojamento e de habitação degrada têm necessidade de serem alterados, reforçados com verbas e de serem atendidos por parte daqueles que têm responsabilidades. Estou-me a referir aos serviços externos da Secretaria e aos serviços de acção social. Portanto, têm que ser atendidos com um cuidado muito grande e muito especial, na medida em que estamos a lidar com situações muito complicadas.

Tendo em conta estes pressupostos, nós vamos aprovar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jaime Medeiros que de facto nós não consideramos isto uma medida avulsa, porque ela tinha obrigatoriamente que ser tomada, por um lado, por força de uma alteração que este Decreto Legislativo Regional já obriga face à transição do 13 para o 7, derivado ao período de carência de 2 anos e, por outro lado, não é naturalmente obrigatório o que nós dissemos aqui.

O nosso compromisso com o plenário da Assembleia Regional é esse, ou seja, durante este ano de 97 vamos apresentar programas alternativos e estamos a trabalhar, tal como já anunciei nesta Casa, num programa para deficientes e em outros programas que estão contemplados no Programa do Governo.

Gostaria de dizer também que a questão da boa ou má imagem do anterior Governo Regional na Assembleia da República, não me parece que seja assim, porque eu, nas primeiras visitas que fiz, uma foi ao Instituto Nacional de Habitação e, por via das baixíssimas taxas de realização desse protocolo firmado em 95, a ideia dos responsáveis desse instituto, é que a Região Autónoma dos Açores não teria problemas com a habitação, uma vez que não estavam sendo utilizadas as verbas desse protocolo.

Durante este ano, nós vamos propor alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/95, uma vez que temos verificado que há situações diferenciais entre a Ilha de São Miguel, a Terceira e as outras ilhas, nomeadamente questões relativas à área e que tocam no arrendamento de pessoas que não podem usufruir de benefícios à habitação degradada, uma vez que nós estaríamos a beneficiar o senhorio e com isso havia aumento da renda, ou então, as pessoas seriam despejadas.

Precisamos fazer um compromisso para que não haja nenhum prejuízo para nenhuma das partes.

É uma matéria que está em estudo e precisamos de fazer essa alteração.

Por outro lado, como sabem, há ilhas que têm algumas áreas fora da habitação principal que não devem ser consideradas como zona habitacional e impedem o apoio do Governo Regional, como é o caso do Pico e de outras ilhas, por via do número de metros quadrados que perfaz a habitação com esses anexos que existem nessas ilhas.

Por isso, esta proposta não é avulsa e para além de não ser avulsa representa um acto de coragem deste Governo e naturalmente e mais importante que isso, um acto de reafectação de verbas que na nossa óptica estavam a ser mal canalizadas, porque representam uma duplicação de bonificações e isso para nós numa Região que tem grandes e graves problemas, é completamente fora de propósito.

Daí a nossa apresentação nesta Assembleia da revogação do SAFIN, dando também corpo àquilo que todos defendem que é a solidariedade activa e que se pode manifestar na reafectação de verbas daqueles que necessitam menos para aqueles que necessitam mais.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular está de acordo com esta proposta e gostaríamos de complementar algo que foi dito pelo nosso colega Deputado Paulo Valadão.

É fundamental que nesta discussão se mantenham em foco as pessoas a quem queremos ajudar no âmbito da habitação social e da recuperação da habitação.

Nós só conseguimos entender programas, como programas para ajudar a pessoas com poucos recursos, exactamente para evitar situações de exclusão social.

Programas feitos para outras pessoas com outro tipo de rendimentos não faz sentido que sejam feitos e o SAFIN talvez tenha sido um bom exemplo disso em que o espírito que lhe estava subjacente era um e a sua aplicabilidade foi outra.

Não só a componente da duplicação pode resultar, e resultou em diversas situações, como inclusivamente criou fenómenos laterais, complexos de benefícios para uns e de facto não acabou por atingir aqueles que no nosso entender deveriam ter sido beneficiados com esse processo.

Nessa lógica, faz todo o sentido que seja extinto o actual SAFIN e que efectivamente fiquemos a aguardar o novo processo, um novo tipo de legislação para apoiar aqueles que necessitam.

Eu não concebo dinheiros públicos para ajudar a recuperar a habitação a quem não necessita.

Gostaria de dizer isto e deixar muito claro.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu percebo bem que o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos queira fazer a reafecção de verbas extinguindo um programa e aumentando as verbas nos outros.

Percebo isso porque tem lógica. O Governo do Partido Socialista prometeu isso para a habitação.

Já foi demonstrado aqui outro dia e o Sr. não me negará com certeza, que em 1997 existem menos 28% de verbas do que aquelas que existiam em 1996.

Portanto, esta reafecção é necessária e tem lógica para que cumpram as vossas promessas.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): O Sr. não fez bem as contas.

**O Orador:** Quanto à má imagem de que o Sr. se referiu da baixa realização dos realojamentos, quero lembrar-lhe uma coisa, porque às vezes é bom que se refresque a memória das pessoas, ou seja, durante um ano, este processo esteve emperrado por via da intervenção do Sr. Ministro da República, como bem se lembrará. Levantou questões de legalidade e ao fim de um ano é que isso se desbloqueou.

No ano seguinte, em menos de um ano, portanto de Janeiro até Outubro, altura em que saíamos, como disse aqui outro dia e não queria repeti-lo, deixei os processos prontos para a assinatura dos contratos.

Se a má realização se tem verificado, é porque se levou 5 meses para assinar um contrato ARAAL.

Mais:

Desde que o novo Governo tomou posse, eu não vi publicado no jornal mais nenhum concurso relativamente ao lançamento de obras de construção de habitações ao abrigo deste programa. Passaram-se já 7 meses.

Se a má realização existe naturalmente não nos poderá ser imputada.

Fico por aqui.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não queria sair do âmbito da revogação do SAFIN, mas há aqui coisas que nós precisamos de esclarecer.

É evidente que este Governo Regional deu bom andamento àquilo que estava encravado. Portanto, quando há tempos se falava aqui na "papinha feita", havia era **muita papa** e não **muita papinha** e não foi só no caso da habitação.

Este ano, no que se refere à habitação, nós já avançámos para os 140 fogos da Praia da Vitória, já avançamos para o loteamento da Carreirinha que é um processo que se vem arrastando desde 1980...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** 80?! Desde o sismo?!

**O Orador:** Sim desde 1980. Teve centenas de versões, já avançámos para o caso de São Vicente em Miguel, para o loteamento do caminho da Levada. Tudo isso são situações que correspondem ao trabalho deste Governo Regional, do avanço dos processos. As pessoas querem saber é quando é que podem começar a construir e não se os processos estão demorar por causa do Ministro da República.

*(Aparte inaudível do Deputado João Cunha)*

**O Orador:** Não faça ruídos porque nós estamos a falar de coisas sérias!

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. é que é ruidoso demais!

**O Orador:** Nós avançámos para esses processos com toda a convicção e determinação e eles estão em andamento. Basta ir ver o caminho da Levada e os outros loteamentos.

Nós estamos predispostos a estabelecer um protocolo com a Câmara Municipal de Angra que foi incompreensível até agora. Aliás, já temos autorização do INH para o financiamento. Esta é uma coisa que ninguém entende como é que desde 1980, tendo a Terceira o maior número de casas novas de toda a Região, continuou com o mesmo número de barracas que são aquelas que existe este ano.

A nossa política é direccionada para os realojamentos e para situações de maior carência.

A marcha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, continua independentemente **das papas e das papinhas**.

Nós temos feito este tipo de realojamentos. Este ano, como já disse aqui, realojámos 217 pessoas...

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** É com a chave na mão!

**O Orador:** Não é com a chave na mão Sr. Deputado e vou dizer-lhe porque é que não é com a chave na mão. Uma coisa é o acompanhamento que as famílias podem e devem ter com a assistência social para utilizarem as casas e outra coisa é essa figura que o Sr. de vez enquanto evoca da chave na mão que significa só dar a casa, desligar das pessoas e daí a dias ter outra vez um guetto.

De facto há um concepção metodológica diferente da entrega da casa. Essa é a nossa preocupação e é assim que nós vamos continuar no âmbito da Secretaria da Habitação que eu tutelo agora.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas para lhe dizer que quando estive na Secretaria entreguei casas...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Com a chave na mão!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Olha os ruídos! Cuidado com eles!

**O Orador:** ... e fi-lo sempre por indicação da acção social. Portanto, à Secretaria Regional da Habitação, competia arranjar a casa e entregar à pessoa por indicação do Instituto da Acção Social. O acompanhamento ficou a cargo desse Instituto.

Naturalmente que o Sr. neste momento, não tem a tutela sobre o Instituto de Acção Social. Com certeza que deve estar a fazer exactamente o que se fazia.

Quanto às questões que o Sr. levantou aqui do caminho da Levada e de outras obras, quando V. Exa. entrou essas obras já estavam em andamento. E digo-lhe mais, quando este novo Governo tomou posse, a obra do caminho da Levada ficou parada durante algum tempo e depois retomou-se mais tarde, porque a instalação eléctrica, que era o que faltava, estava já a decorrer.

Na Carreirinha, a obra de electrificação já estava adjudicada e os materiais estavam todos na Terceira.

Quanto aos problemas dos realojamentos nessa Ilha, no que se refere a esse caso muito concreto, preferiu-se não avançar — isto só para seu esclarecimento porque até pode ser útil — com infraestruturas, com terrenos e com casas, porque estava eminente a publicação de uma portaria do Governo da República que permitia aos açorianos e aos madeirenses, adquirir casas em vez de construir.

Estes programas são permitiam a construção. Como nós sabíamos que na Praia da Vitória haviam muitas casa devolutas, insistimos junto do Governo da República, no sentido de autorizar a compra simultaneamente com a construção, por forma a refazermos o património habitacional da cidade da Praia da Vitória a custos mais baixos e atingindo os mesmos objectivos.

As obras que o Sr. Secretário está a fazer, são a continuidade daquilo que já vinha de trás, mais nada e com algum atraso.

**Deputado João Cunha (PSD):** De 7 meses!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para clarificar aqui uma situação séria.

**Deputado João Cunha (PSD):** Uns ruídos Sr. Deputado!

**O Orador:** Está bem, são ruídos!

Quando se fala aqui em legalidade e em desbloqueamento dos entraves legais que existiam em todas as situações aqui levantadas, foi por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que se desbloqueou essa situação.

Não se esqueçam de que quando estávamos desse lado, também tínhamos muitas propostas construtivas, porque o Governo nunca quis apresentar nesta Assembleia a maneira de desbloquear esta situação e por acaso o actual Presidente da Assembleia foi o autor dessa proposta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não gostaria de prolongar esta discussão que não é propriamente a revogação do SAFIN e se calhar o Sr. Deputado Jaime Medeiros tem mais tempo de antena agora do que quando era Secretário, mas eu tenho muito gosto nisso.

No entanto, gostaria de dizer que a política de habitação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos é levar, naturalmente, a bom termo os processos que estavam encravados e não abandonar investimentos já feitos para começar com outros.

É por isso que em tempo útil, durante este ano, face à enormidade de compras de terrenos que os Srs. fizeram o ano passado, temos que os rentabilizar.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Eu já lhe dou uma explicação.

**O Orador:** Já foi explicada a razão mas isso é que dá a tal taxa de execução financeira que os Srs. falam para a habitação, porque 300 mil contos numa execução

financeira de 1 milhão e 900 mil, não representa o investimento na habitação, representa 1 milhão e 600 mil.

Os 28% que o Sr. fala não têm razão nenhuma de ser e o Sr. não está a contar com o investimento que nós vamos trazer para a Região das verbas do Instituto Nacional de Habitação. Essas contas têm muitos erros e não correspondem verdadeiramente àquilo que fisicamente existe.

Por outro lado, gostaria de dizer que mesmo em termos de taxa de realização, a taxa de realização física dos Srs., de facto, foi muito baixa, mas a taxa de execução financeira foi elevada e é por isso que entendemos que também nessa área se gastou muito, mas fez-se pouco. É exactamente essa a medida da vossa política de habitação.

Os problemas habitacionais dos Açores estão aí para comprová-lo e a Câmara de Angra e os outros que têm andado a reclamar falta de habitação nos Açores, têm as suas razões.

Este é um problema grave e sério dos Açores e nós pensamos que deve ter o esforço de outras entidades, para além do Governo Regional, e nessa medida vamos, a partir do próximo ano, trazer a esta Casa a possibilidade das próprias autarquias concorrerem a financiamentos nacionais, porque como sabem o Governo Regional ainda tem essa capacidade e nós estamos mais preocupados em minimizar a taxa dos 24% de mais habitações nos Açores, do que termos o protagonismo único nesta área tão importante e que é um indicador de pobreza para os Açores.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria trazer aqui um pequeno exemplo para dizer que às vezes é fácil falar, mas nem sempre aquilo que se diz corresponde à nossa vontade no terreno.

Vou trazer um pequeno exemplo, que nem sequer foi chamado aqui quando se falou na Ilha das Flores, só para o Sr. Secretário Regional da Habitação perceber que aquilo que na secretária se faz com a melhor das intenções às vezes nem sempre é bem entendido no terreno e depois quem vem a seguir fica com alguma legitimidade

para dizer que as coisas correram menos bem em termos de realização física e financeira.

O que nos foi dito e pode ser testemunhado por um dos Presidentes da Junta de Freguesia da Ilha das Flores, foi que com 200 contos punha um telhado numa casa, mas que a Secretaria da Habitação tinha dado apoios directamente aos proprietários e que atribuiu precisamente para cobertura de uma casa 650 contos.

Ele dizia isso com muita pena, porque com aquele dinheiro tinha conseguido apoiar 3 famílias.

Eu nem sequer quero fazer qualquer observação sobre isto, mas quero que medite sobre estas coisas, porque às vezes é fácil falar, mas também é bom perceber-se que não se controla tudo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para dizer à Sra. Deputada Berta Cabral que nós não temos a mania da perfeição. O que nós temos é a necessidade de ter instrumentos claros de apoios às pessoas e nomeadamente nesse caso, como deve saber, essas medições são feitas por alguém que visita os locais e que acaba por tirar as medidas e nós temos que confiar, em princípio, nos serviços que tutelamos, sem prejuízo de actuarmos na altura própria e já mostrámos que fazemos e vamos sempre fazer com esse espírito.

É por isso que a nossa actuação nessa matéria é de sermos mais acusados por algum rigor do que por excesso de permissividade.

É com esse espírito que nós vamos continuar, se bem que eu também entenda aquilo que a Sra. Deputada Berta Cabral disse, ou seja, dos despachos e das autorizações nem sempre terem o seguimento que nós entendemos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão** (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta matéria é difícil e nós aceitamos isso.

O Sr. Secretário por várias vezes fala no problema do rigor. Eu já o disse e volto a dizê-lo, nós estamos de acordo com o rigor.

No entanto, nós pensamos que nestas matérias não se pode usar duas medidas diferentes, ou seja, usar, por exemplo, em relação às Juntas de Freguesia um rigor exagerado — às vezes da nossa parte duvidamos da cobertura legal desse rigor — e em relação aos próprios serviços da Secretaria haver uma falta de rigor absoluto e total. Nós entendemos que o critério tem que ser igual.

Se em relação às Juntas de Freguesia há uma ausência total da componente técnica, infelizmente e neste momento em relação a alguns serviços da Secretaria Regional das Obras Públicas, também há uma ausência total de técnica, porque sem técnicos não pode haver técnica.

Quando os serviços da Secretaria estão ao cuidado de funcionários administrativos, de pessoas sem a mínima preparação técnica, acontecem situações como aquela que a Sra. Deputada acabou de mencionar, ou seja, poder-se rentabilizar as verbas se elas forem aplicadas pelas pessoas que podem fiscalizar o dia-a-dia, hora a hora. Mas se elas forem aplicadas, embora não pondo em causa a legalidade dessa aplicação, por outras pessoas que estão no seu "palácio", nos seus serviços, nos seus gabinetes e que procurando fazer um lindo trabalho de secretaria, na prática falha a componente técnica, a da fiscalização e do acompanhamento do dia-a-dia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Naturalmente que os serviços da Secretaria nas Flores ainda não estão bem equipados e talvez não estão em toda a região, mas a nossa posição em relação a essa matéria, tem a ver com um orçamento de despesas correntes, com a nova lei orgânica que vai ser aprovada e tem também a ver com a necessidade da racionalização dos quadros técnicos face àquilo que é mais necessário.

Eu recordo que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos na década de 70 tinha 27 engenheiros e quando eu lá cheguei tinha 4 ou 5.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Arranjam-se uns professores!

**O Orador:** Os professores servem é para serem delegados da Graciosa.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): É exactamente! E agora o que é que têm, diga-me lá?!

**O Orador:** Nós precisamos de ter uma actuação no âmbito da Secretaria que tenha em conta um orçamento de despesas correntes e uma nova lei orgânica.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu tenho estado a ouvir com todo o interesse o debate que se vem fazendo nesta Assembleia e fico maravilhado com as propostas mirabolantes que o Sr. Secretário vem trazendo a esta Câmara.

Há pouco disse que a taxa de execução do Governo anterior era grande porque tinha comprado terrenos.

Já agora, gostaria de fazer-lhe a seguinte pergunta:

Onde é que vai implantar as casas que pretende construir nesta Região?

Se calhar são castelos no ar!

Já que falou no delegado da Graciosa Sr. Secretário, pergunte ao Sr. Presidente do Governo se, durante 7 meses, ele ainda não arranjou um professor para colocar lá, porque não tem lá ninguém, que eu saiba, e o Sr. sabe os problemas que há na Graciosa.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Mas vai ter! É um engenheiro!

**Presidente:** Vamos dar por encerrado o debate na generalidade deste diploma e por conseguinte, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/97, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/97 foi aprovada, na generalidade, com 23 votos a favor do PS; 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 22 votos de abstenção do PSD.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

**Deputado Jaime Medeiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se nesta votação, porque não estando em causa as razões subjacentes à medida tomada, está sim a ausência de política de habitação própria em que se contraria o Programa do Governo e as promessas eleitorais de maior dedicação à causa da habitação.

O Decreto Legislativo Regional que instituiu o SAFIN não devia ser revogado, mas reformulado de forma a minimizar os sobrecustos da construção de habitação nos Açores que são cerca de 20% mais elevados do que a construção no Continente.

**Presidente:** Vamos passar à discussão do diploma na especialidade.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que há 2 propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista, que já foram referidas, e que serão tidas em conta nesta discussão.

Está aberta a discussão.

*(Pausa)*

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Vamos votar em primeiro lugar o artigo 1.º, sobre a extinção deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1.º, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1.º foi aprovado com 23 votos a favor do PS; 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 22 votos de abstenção do PSD.

**Presidente:** O Sr. Deputado Norberto Messias pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Norberto Messias (PS):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Norberto Messias (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há dois textos para o artigo 1.º.

**Presidente:** Eu tenho duas propostas de alteração do PS para os artigos 2.º e 3.º.

**O Orador:** Mas há uma proposta de redacção da Comissão. Foi essa que foi votada. Apenas para clarificar isto.

**Presidente:** Está o assunto resolvido.

Vamos passar à votação do artigo 2.º, de acordo com a proposta de alteração apresentada pelo PS como norma transitória e diz o seguinte:

"O presente diploma não se aplica aos processos já aprovados, em apreciação, ou que tenham dado entrada nos serviços competentes até à data da entrada em vigor do presente diploma."

Está aberta discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

**Deputado José Monjardino (PP):** Sr. Presidente, estamos a votar o artigo 2.º?

**Presidente:** Exactamente.

**O Orador:** Mas, salvo erro, o artigo 2.º foi alterado fundindo-se com o artigo 3.º.

**Presidente:** Estamos a votar precisamente a proposta de alteração.

Vamos continuar a nossa votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para o artigo 2.º, façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação do artigo 3.º, na formulação da proposta de alteração do PS, que diz o seguinte:

"O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 20 votos de abstenção do PSD.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

**Deputado Norberto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a aprovação deste diploma, porque pensamos que ele vai permitir pôr em prática uma política de habitação nova para problemas velhos, uma política de habitação nova, porque vai possibilitar que no enquadramento que ele agora inicia não só se reduzam as injustiças que se vinham verificando, como também e ainda, se permite iniciar um novo processo de acesso à habitação para aqueles que neste momento não tenham essa possibilidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** A redacção final deste diploma fica a cargo da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que se refere à **Proposta de Resolução — "Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 1997"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão e votação na especialidade.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, na especialidade, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, na sua votação final global, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Como último ponto da nossa ordem de trabalhos, vamos passar à discussão e votação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 6/97/A, de 22 de Maio**".

Está aberta a discussão na generalidade.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada, na especialidade, por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, na sua votação final global, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** A respectiva redacção fica entregue à Comissão de Juventude e Assuntos e Sociais.

Terminámos assim a nossa ordem de trabalhos, por isso apresento ao plenário a seguinte **Proposta de Resolução:**

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Junho".

Os Srs. Deputados que concordam, com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda, faça o favor de sentar.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP e registou 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda há pouco foi aprovada aqui uma baixa à Comissão de um documento que no entender do PCP é fundamental para a administração pública regional.

Entendemos que esse documento deveria ter voltado a este plenário durante a Sessão Plenária de Junho e também entendemos que há tempo útil hoje à tarde e amanhã de manhã para que a Comissão da especialidade se reunir, trazer cá o Sr. Secretário Regional e obter da parte do mesmo todas as informações necessárias para esse documento e que amanhã estivéssemos aqui, após a reunião dessa Comissão, para analisarmos e nos pronunciarmos sobre o mesmo.

Daí ter votado contra o fim do período legislativo e considerar que o mesmo, lamentavelmente, terminou mas só deveria terminar depois da proposta dos avales ser aqui discutida, analisada e votada.

**Presidente:** Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Agradeço a vossa colaboração e até Setembro.

Boas férias para todos.

*(Eram 14.05 horas)*

*(Deputados que entraram durante a Sessão. **PS** - António Silva Melo, Fernando Meneses, Francisco Oliveira, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila; **PSD** - Joaquim Ponte).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PS** - Fátima Sousa; **PSD** - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa).*

—

**A Redactora de 2.<sup>a</sup> Classe:** *Maria da Conceição Fraga Branco*